@revistaemevidencia

em evidência

Desde 2009 - Nº 117 | R$ 99,00

Líderes são leitores.

Inscreva-se em nosso canal

Volmir Rodrigues

Perfil do prefeito reeleito de Sapucaia do Sul e presidente do Pró-Sinos

Em Evidência na TV

Entrevista exclusiva com o presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Moisés Barboza



Vereador Heider
Trabalho, presença e compromisso com Canoas

Ruy Irigaray
Os desafios e as conquistas do superintendente de Relações Institucionais e Comunicação da Ulbra

Silvana Covatti
A opinião da deputada estadual sobre o combate à violência contra as mulheres gaúchas

Silomar Garcia
A luta do presidente da Uvergs para aprimorar o legislativo municipal no Rio Grande do Sul

Fábia Richter
A titular da Secretaria Estadual da Mulher, em entrevista exclusiva

Júlio Cesar Prates Cunha
A opinião do presidente reeleito da Associação dos Municípios da Região Carbonífera

Especial: As conquistas da Ulbra sob a gestão de Carlos Melke Filho

ATRAÇÃO DE 100 BILHÕES EM NOVOS INVESTIMENTOS.

O Rio Grande do Sul está no radar dos grandes investimentos do país e do mundo. Foram mais de R$ 100 bilhões em investimentos privados no Estado, impulsionando setores como inovação, energias renováveis, agronegócio, infraestrutura e turismo. Um movimento que reforça a confiança do mercado em um território com tradição produtiva, visão de futuro e capacidade de transformar oportunidades em resultados.



Para mais informações, escaneie o QR Code ou acesse: **planoriogrande**.rs.gov.br



Meu Rio Grande tá diferente.

PLANO RIO GRANDE

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Solidez técnica que garante qualidade jurídica e de gestão

A **CDP - Consultoria em Direito Público** se dedica a assegurar que cada decisão tomada na esfera pública esteja ancorada em fundamentos jurídicos sólidos. Desde 1998, trabalhamos lado a lado com administrações municipais, fortalecendo sua atuação com diretrizes claras e soluções jurídicas personalizadas. Nossa equipe de especialistas, com profunda experiência no âmbito governamental, é o pilar de confiabilidade para muitos municípios. A certificação **ISO 9001** reconhece nosso padrão de excelência, mas é a confiança de nossos parceiros que realmente define nosso sucesso.

Com dedicação e domínio técnico, atendemos mais de 300 municípios ao longo de nossos 25 anos de atuação no Direito Público.



EQUIPE ESPECIALIZADA

A equipe da **CDP** não só detém um conhecimento jurídico profundo, mas também uma familiaridade íntima com as especificidades e nuances do setor público.

CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

Embora a certificação **ISO 9001** ateste o compromisso da **CDP** com a qualidade, é o contínuo aperfeiçoamento da consultoria e a satisfação de seus parceiros que a motivam a manter um padrão elevado.

SOLUÇÕES PERSONALIZADAS

A **CDP** reconhece que cada município possui suas próprias particularidades. Por isso, a consultoria oferece soluções jurídicas que são adaptadas às necessidades individuais, garantindo eficácia e relevância.

AMPLA EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Com anos de atuação no campo do Direito Público, a **CDP** detém uma vasta experiência que lhe permite lidar com complexidades jurídicas de maneira eficiente. Sua trajetória consolidada a capacita a prever desafios e a orientar seus parceiros de maneira proativa e informada.

CDP
CONSULTORIA
DIREITO PÚBLICO

Rua dos Andradas, 1234, cj. 206 - Centro Histórico
Porto Alegre - RS - CEP 90020-008
Fone/Fax: 51 3226.6866
E-mail: cdp@cdprs.com.br

cdprs.com.br



EDITORIAL

A ACADEMIA COMO VETOR DE INOVAÇÃO NA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



RUY IRIGARAY
Superintendente de Relações Institucionais e Comunicação na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)

Em 9 de dezembro de 2025, o campus da Ulbra em Canoas sediou a etapa de Porto Alegre e Região Metropolitana da 15ª edição dos Encontros Regionais de Controle e Orientação (ERCOs) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). A programação reuniu representantes de 56 municípios, com oficinas e orientações voltadas à qualificação da administração pública. Para quem vive a gestão municipal, encontros assim têm efeito direto: colocam na mesma sala prefeitos, secretários, servidores e equipes técnicas para tratar de regras, prazos e procedimentos que definem a qualidade do serviço entregue ao cidadão. Para uma universidade, receber essa agenda tem consequência institucional: abre um canal permanente com o poder público, cria linguagem comum e ajuda a converter objetivos em programas executáveis, com responsabilidades descritas e acompanhamento possível.

A rotina municipal é feita de escolhas sucessivas, e escolhas pedem critérios. O Poder Executivo planeja e executa; o Legislativo delibera e fiscaliza; órgãos de controle acompanham. A Constituição Federal estabelece instrumentos que organizam a ação governamental por meio do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, conectando objetivos, metas e despesas ao longo do tempo. A Constituição também assegura a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, base para que a cooperação tenha densidade acadêmica e utilidade pública.

O diálogo entre universidade e poder público também depende de forma e de responsabilidade. Parcerias e cooperações, especialmente quando envolvem recursos públicos, exigem instrumentos jurídicos, critérios de seleção e prestação de contas. A Lei nº 13.019 organiza o regime de cooperação com entidades da sociedade civil e dá balizas para que cada iniciativa tenha finalidade de interesse público, cronograma, metas verificáveis e mecanismos de controle. Essa estrutura protege o gestor, protege a instituição e protege a comunidade beneficiada, porque reduz improviso e torna o compromisso mensurável. A diferença entre intenção e entrega aparece justamente aí: no desenho do instrumento, na definição de responsabilidades e no registro do que foi pactuado e do que foi realizado.

O formato do encontro ajuda a entender por que essa aproximação funciona quando sai do discurso e vira rotina. Em Canoas, o ERCO foi organizado em sete espaços temáticos, com 14 oficinas simultâneas ao longo do dia, tratando de temas que estão no centro das decisões municipais, como orientações para início de mandato, controle interno, concursos e atos de admissão, governança nas contratações, estudo técnico preliminar, gestão e fiscalização de contratos, educação infantil e ensino fundamental, parcerias com o terceiro setor, equilíbrio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), arrecadação municipal e reforma tributária, além de resiliência climática, planejamento urbano, saneamento básico e pavimentação asfáltica com qualidade. Na mesma agenda, houve a assinatura do Termo de Compromisso pela Primeira Infância e a entrega, aos gestores, de indicadores produzidos pela Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal para apoiar o planejamento de ações voltadas a crianças de zero a seis anos.

Há ainda um campo em que a universidade pode contribuir com especial densidade: ciência, tecnologia e gestão baseada em dados. No plano municipal, isso se traduz em rotinas que pedem método e continuidade: diagnóstico de problemas, desenho de soluções, avaliação de resultados, capacitação de equipes, melhoria de processos e uso responsável de informação. O gestor precisa de orientação segura para decidir, contratar, executar e prestar contas, e precisa de formação permanente para lidar com regras que mudam, sistemas que se atualizam e demandas que chegam com urgência. A universidade tem vocação para sustentar esse processo com formação, pesquisa aplicada e extensão, conectando saber técnico a necessidades concretas.

> “No plano municipal, isso se traduz em rotinas que pedem método e continuidade: diagnóstico de problemas, desenho de soluções, avaliação de resultados, capacitação de equipes, melhoria de processos e uso responsável da informação”

Como superintendente de Relações Institucionais, trato a realização do encontro do TCE-RS em Canoas como compromisso com gestão pública responsável e com a função social da universidade. Registrei, naquele momento, a satisfação de sediar um evento simbólico, alinhado à agenda institucional de aproximação com gestores públicos e autoridades. O simbolismo está em abrir a casa para quem exerce liderança pública e representa a população. O aspecto operacional está em criar rotinas de cooperação que sejam formais, transparentes e capazes de produzir resultados verificáveis. A Ulbra pode oferecer esse espaço de encontro, formação e produção de conhecimento aplicado, com atenção às regras e ao interesse público. Esse é o caminho para uma relação madura entre universidade e poder público em Canoas e no Rio Grande do Sul: diálogo frequente, instrumento adequado e entrega consistente.



60

Volmir Rodrigues

Prefeito reeleito de Sapucaia do Sul
e presidente do Pró-Sinos

Nesta edição, a Revista Em Evidência publica um perfil de Volmir Rodrigues, prefeito de Sapucaia do Sul, reunindo trajetória, atuação institucional e a forma como ele conduz a gestão e a agenda pública no município. No comando do Executivo, a gestão aparece marcada pela transformação de demandas de bairro em decisões com contrato, prazo e fiscalização. Fora do território, a atuação no Pró-Sinos amplia o alcance político e administrativo ao exigir coordenação entre municípios em temas de saneamento e gestão ambiental.

10 ACONTECEU
Encontros Regionais do TCE-RS reúnem gestores do Estado na Ulbra

12 FLASH
Quem faz, está em evidência

22 PERFIL
A Ulbra mais forte do que nunca

30 CAPA - Ruy Irigaray
Comunicação, inovação e relações institucionais aproximam a Ulbra da sociedade

35 CAPA
Silomar Garcia faz jus à Uvergs cinquentenária

40 OPINIÃO - Gilson Conzatti
Homens no combate à violência contra a mulher

42 OPINIÃO - Silvana Covatti
Violência contra a mulher: não é estatística, é ferida aberta

44 CAPA
Fábia Richter titular da Secretaria da Mulher do Rio Grande do Sul

50 OPINIÃO - Eduardo Cunha da Costa
Eficiência na administração pública

52 EM EVIDÊNCIA NA TV
Luiz Otávio Prates, secretário de Comunicação de Porto Alegre

66 OPINIÃO - Andréia Fioravante
Produtividade passiva

68 OPINIÃO - Julio Menezes Jr.
Jornalismo em tempo real com formação e responsabilidade pública

71 ASSOCIAÇÕES MUNICIPALISTAS
Conheça a ASMURC

76 CAPA - Mateus Marques
Prevenção penal e governança pública: o papel estratégico da advocacia criminal

79 EM EVIDÊNCIA NA TV
Júlio Feiden, CEO da SPO tec

84 OPINIÃO - Alexandre Dionello
Regulamentação da reforma tributária e autonomia municipal no IBS

86 FAMURS
Famurs e Assembleia Legislativa alinham agenda conjunta em defesa do municipalismo

88 FAMURS
Famurs em movimento

90 OPINIÃO - Amália Ferreira
Presença intencional: a comunicação que forma opinião e constrói relevância

92 EM EVIDÊNCIA NA TV
Moisés Barboza, presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre

100 CAPA - Vereador Heider
Trabalho, presença e compromisso com Canoas

REVISTA em evidência

Rua dos Andradas, 1234 - 2º andar
Centro Histórico, Porto Alegre/RS
CEP 90020-008
revistaemevidencia.com.br

Anuncie:
51 98444-4616

DIREÇÃO EXECUTIVA:
Lucio Vaz
revistaemevidencia@gmail.com

SUPERVISÃO GERAL:
Lucio Vaz

REDAÇÃO:
Patrícia Cruz

EDIÇÃO:
Patrícia Cruz e Lucio Vaz

DESIGN:
Jonas Furlan

REVISTA em evidência | EM EVIDÊNCIA NA TV

ree revistaemevidencia.com.br

Siga-nos nas redes sociais:
@revistaemevidencia
@revistaemevidenciaoficial

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

CONHEÇA
SANTA VITÓRIA DO PALMAR

Entre praias extensas e recantos naturais, Santa Vitória do Palmar guarda faróis centenários e espaços protegidos que revelam sua história e a importância da conservação ambiental, tornando o município um convite para explorar e se encantar.



Pórtico da Cidade



Porto Pindorama



Parque Eólico Geribatu



Arroio Chuí



Rosa dos Ventos,
Praça General Andréa



Praia do Hermenegildo

Fotos:Pablo Javier

Prefeitura de Santa Vitória do Palmar

A cada dia, uma nova conquista

ENCONTROS REGIONAIS DO TCE-RS REÚNEM GESTORES DO ESTADO NA ULBRA

Evento reforçou qualificação da gestão pública

Bruna Santos

A Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) sediou, no campus de Canoas, nesta terça-feira (9), a 15ª edição dos Encontros Regionais de Controle e Orientação (ERCOs), promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). O evento ocorreu no primeiro andar da Ulbra Tech e reuniu gestores e servidores dos 56 municípios atendidos pelo Serviço de Auditoria de Porto Alegre (SPA).

Representando a Ulbra, o superintendente de Relações Institucionais, Ruy Irigaray, destacou a importância da aproximação entre a Universidade e o poder público. "É uma grande alegria receber esse evento. Ele é simbólico e está dentro da nossa agenda institucional de aproximação com os gestores públicos, que representam a população, fazem essa conexão com a sociedade e são grandes líderes", falou.

Ruy também reforçou o papel da instituição no cenário educacional. "Hoje somos a maior universidade privada do RS e o quinto maior grupo de educação do

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



ULBRA EM EVIDÊNCIA
Gestores de 56 municípios gaúchos estiveram presentes na Ulbra

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



Brasil. A Ulbra voltou a ser protagonista na pauta da educação", lembrou. Ainda segundo ele, "esse evento qualifica todo o processo que temos dentro da Ulbra de aproximação com o poder público e com as autoridades".

MAIS SOBRE O ENCONTRO

Com caráter orientativo, o ERCO teve como objetivo esclarecer as competências do TCE-RS, incentivar boas práticas e fortalecer a gestão pública municipal. Nesta edição, a programação apresentou um formato com sete espaços temáticos e 14 oficinas simultâneas voltadas a áreas essenciais da administração: orçamento, finanças, meio ambiente, infraestrutura, educação, saúde, contratações e planejamento.

> “[...] esse evento qualifica todo o processo que temos dentro da Ulbra de aproximação com o poder público e com as autoridades”
>
> **Fernando Andrade Alves**
> *Presidente da AMP/RS*

Um dos momentos centrais do encontro foi a assinatura do Termo de Compromisso pela Primeira Infância, firmado pelo presidente do TCE-RS, conselheiro Marco Peixoto, e pelos prefeitos presentes. A iniciativa reforça a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos. Os gestores também receberam um levantamento da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal com indicadores atualizados sobre a situação da primeira infância nos municípios da região.

O evento contou com a presença de autoridades municipais e estaduais, entre elas os prefeitos de Canoas, Porto Alegre, Guaíba e de outras cidades da região, além do presidente do Tribunal de Contas do RS e conselheiros.

LE BERG
IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PUBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

QUEM FAZ, ESTÁ EM EVIDÊNCIA

Confira as imagens e as pessoas que fazem o Rio Grande acontecer, através das lentes do fotógrafo Chico Pinheyro

Jennifer Nunes
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência



ENTRE AMIGOS
O presidente do Consórcio Metropolitano da Granpal, prefeito de Guaíba e pré-candidato ao governo do Estado, Marcelo Maranata, juntamente com a secretária de Transparência e Controladoria do Município de Porto Alegre, Mônica Leal, e o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, em momento raro de descontração durante a 15ª edição dos Encontros Regionais de Controle e Orientação (ERCOs), promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), que ocorreu nas dependências do Ulbratech

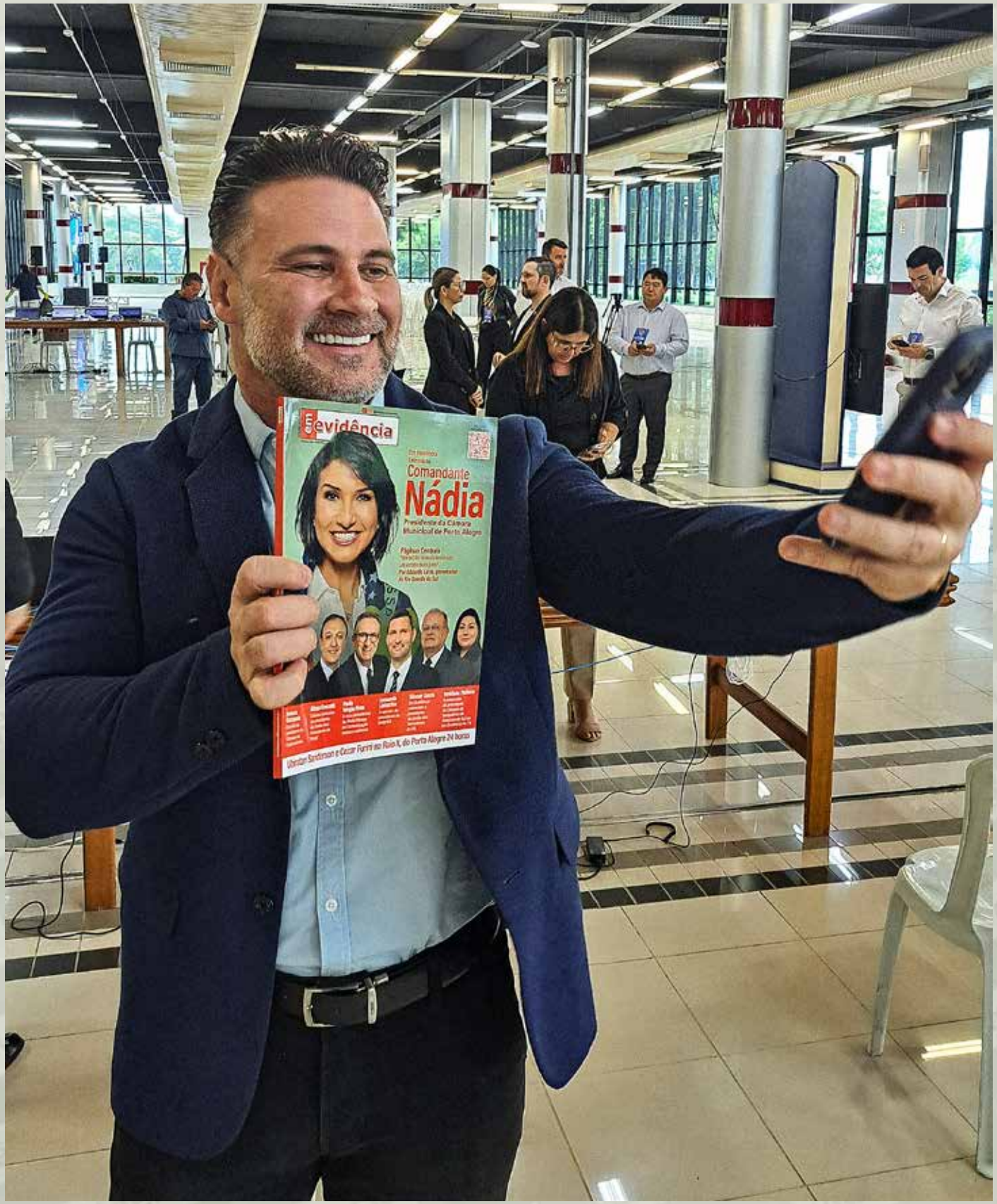
INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS
spo
FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



AIRTON SOUZA NO 15º ERCOs
Prefeito da cidade anfitriã da 15ª edição dos Encontros Regionais de Controle e Orientação (ERCOs), promovidos TCE-RS, discursa na abertura do evento, ocorrida no Campus Canoas da Ulbra

BERG
IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PUBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



AQUELA SELFIE
Prefeito de Esteio, Felipe Costella, prestes a enviar a selfie da Revista Em Evidência à amiga e colega de partido, Comandante Nádia

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS
spo
FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



ULBRA EM EVIDÊNCIA
Presidente da Fulbra, Monir Ferranti; e o amigo e superintendente de Relações Institucionais e Comunicação da Ulbra, Ruy Irigaray, destaque nesta edição a partir da página 30

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PUBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



PRESIDENTES EM AÇÃO
O presidente do TCE-RS, Iradir Pietroski, e o presidente da Uvergs, Silomar Garcia, que foi homenageado durante 15ª edição dos Encontros Regionais de Controle e Orientação (ERCOs), promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS
spo
FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



IDEIAS QUE TRANSFORMAM
O podcast apresentado por Lannes Osório, recebe o prefeito de Nova Santa Rita, Rodrigo Battistella

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PUBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



MÉRITO ULBRA

Como parte de uma série de ações da nova fase da Ulbra, a universidade premiou os melhores do RS, na foto, o presidente do Simers e capa da edição 79 da Revista Em Evidência, Marcelo Matias

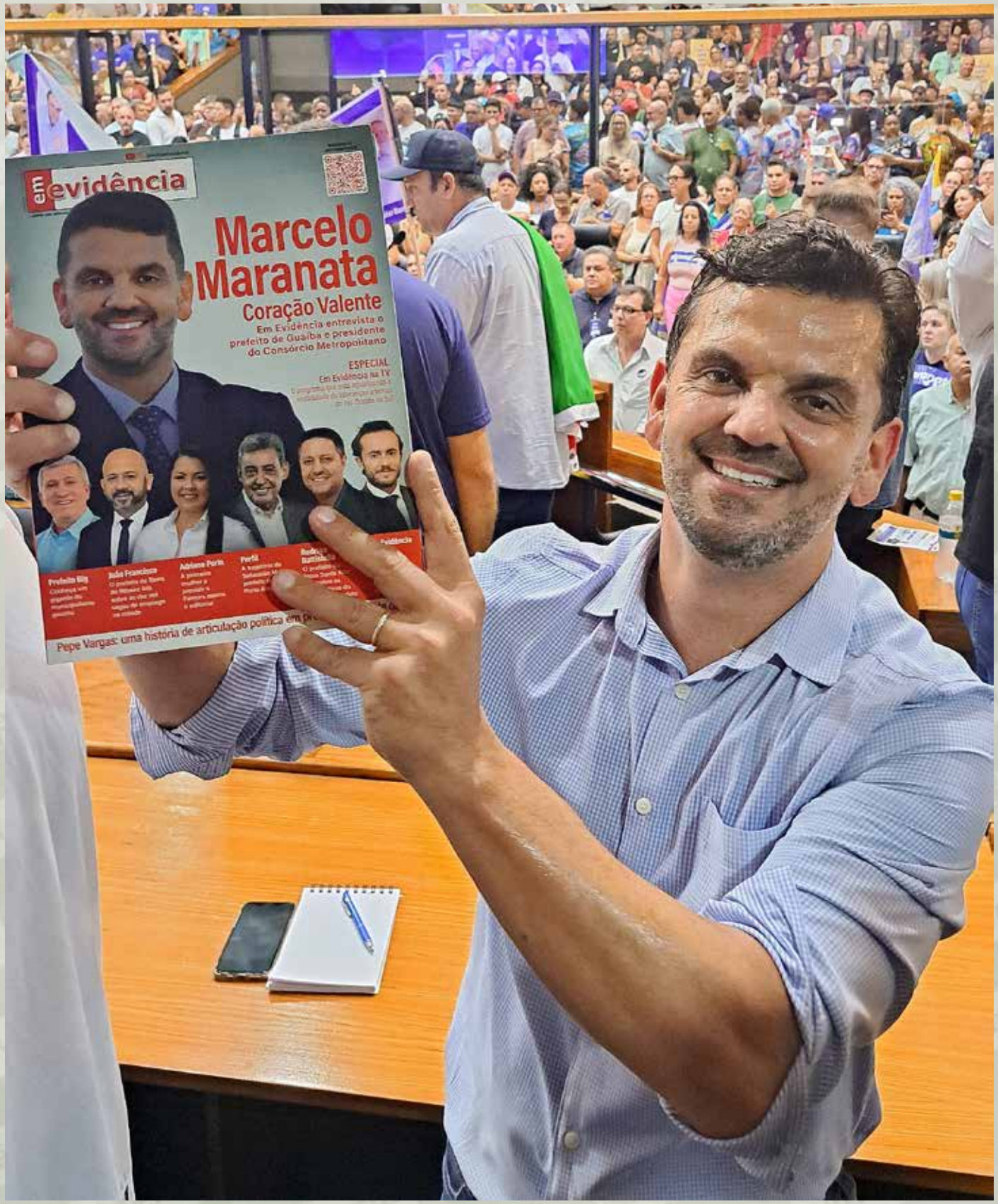
INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS
spo
FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



MÉRITO ULBRA II
Capa da edição 42 da Revista Em Evidência, Claudio Lamachia, ex-presidente da OAB Nacional e da seccional gaúcha, também foi homenageado pela Ulbra

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PUBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



TUCANO NOVO NO NINHO
O prefeito de Guaíba e pré-candidato ao governo do Estado, Marcelo Maranata, durante lançamento da pré-candidatura na Câmara Municipal de Porto Alegre

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS
spo
FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



APOIO DE PESO NA PRÉ-CANDIDATURA DE MARCELO MARANATA
Um dos deputados federais mais atuantes do Congresso Nacional, Daniel Trzeciak, demonstrando seu apoio ao amigo Marcelo Maranata

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PUBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

A ULBRA MAIS FORTE DO QUE NUNCA

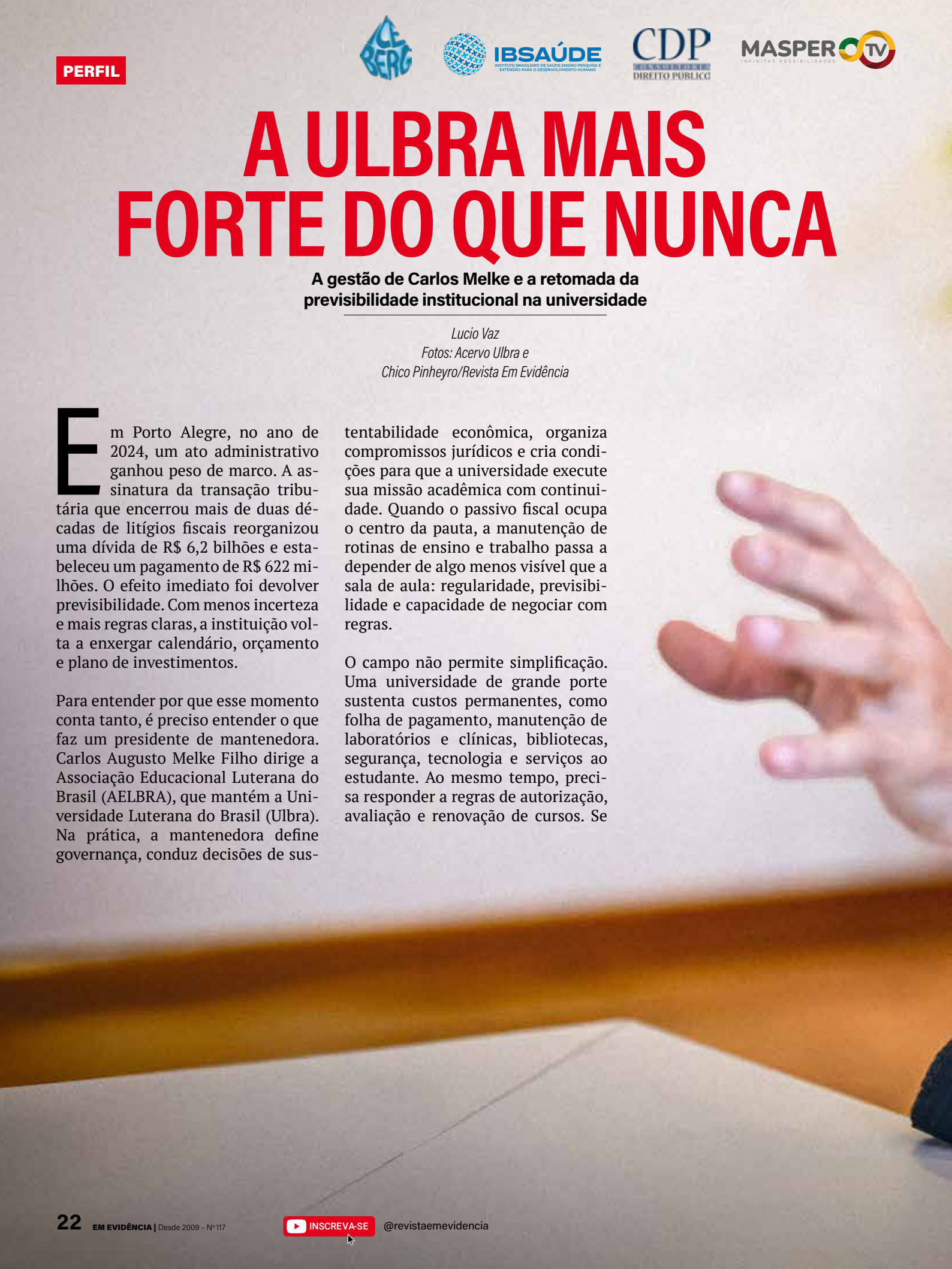
A gestão de Carlos Melke e a retomada da previsibilidade institucional na universidade

Lucio Vaz
Fotos: Acervo Ulbra e Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

Em Porto Alegre, no ano de 2024, um ato administrativo ganhou peso de marco. A assinatura da transação tributária que encerrou mais de duas décadas de litígios fiscais reorganizou uma dívida de R$ 6,2 bilhões e estabeleceu um pagamento de R$ 622 milhões. O efeito imediato foi devolver previsibilidade. Com menos incerteza e mais regras claras, a instituição volta a enxergar calendário, orçamento e plano de investimentos.

Para entender por que esse momento conta tanto, é preciso entender o que faz um presidente de mantenedora. Carlos Augusto Melke Filho dirige a Associação Educacional Luterana do Brasil (AELBRA), que mantém a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Na prática, a mantenedora define governança, conduz decisões de sustentabilidade econômica, organiza compromissos jurídicos e cria condições para que a universidade execute sua missão acadêmica com continuidade. Quando o passivo fiscal ocupa o centro da pauta, a manutenção de rotinas de ensino e trabalho passa a depender de algo menos visível que a sala de aula: regularidade, previsibilidade e capacidade de negociar com regras.

O campo não permite simplificação. Uma universidade de grande porte sustenta custos permanentes, como folha de pagamento, manutenção de laboratórios e clínicas, bibliotecas, segurança, tecnologia e serviços ao estudante. Ao mesmo tempo, precisa responder a regras de autorização, avaliação e renovação de cursos. Se



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS
spo
FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

a instituição passa anos sob litígios e contingências, as escolhas do dia a dia mudam. Contratações ficam mais lentas, projetos se fragmentam e decisões de compra se tornam defensivas. O efeito aparece em detalhes, porque o cotidiano acadêmico depende de continuidade para funcionar como sistema.

Melke assumiu esse posto com a tarefa de recompor terreno. Ele está à frente da instituição há cerca de dois anos e meio, período marcado por negociações e por metas econômicas que precisam sustentar objetivos acadêmicos. Nesse tempo, sua fala insiste em uma ideia simples de explicar e difícil de executar: qualidade educacional tem requisitos materiais. Ela se constrói com valorização dos profissionais da educação, com docentes qualificados e com condições para que esse corpo docente trabalhe com estabilidade, atualização e responsabilidade.

O compromisso com qualidade, na forma como ele descreve, depende de base física e digital. Inclui bibliotecas e acervos atualizados, ambientes de prática, laboratórios equipados, espaços de atendimento e suporte ao estudante. Abrange conectividade, sistemas de gestão acadêmica, recursos de aprendizagem e tecnologia que facilite acompanhamento de desempenho, evitando que o digital vire apenas vitrine. Exige ainda manutenção planejada, porque sala de aula, clínica e laboratório não se sustentam por esforço de última hora.

Nesse ponto, o discurso encontra a planilha. O compromisso com qualidade passa por decisões que não cabem em slogans: quais ambientes entram primeiro na fila de atualização, que sistemas digitais são essenciais para a rotina acadêmica, quais contratos reduzem risco de interrupção, como planejar investimentos em ciclos que respeitem caixa e obrigações. Ao organizar prioridades, ele costuma tratar a pergunta central como questão de critério: o que preserva o núcleo do ensino, o que melhora a experiência acadêmica de forma verificável e o que reduz riscos que, mais adiante, custariam em credibilidade e em funcionamento.

A referência a boas instituições estrangeiras aparece como parte desse critério. Melke defende que observar práticas de universidades de excelência ajuda a calibrar padrões de qualidade ou na atualização de currículos, na definição de competências, seja no uso responsável de tecnologia em ensino e avaliação. O objetivo, no modelo que ele sustenta, é formar profissionais prontos para atuar com competência, ética e responsabilidade no mercado de trabalho. Essa exigência pressiona a gestão a garantir que infraestrutura, equipe e recursos acompanhem o nível prometido.

Ele também demonstra desconforto com um debate público em que opiniões sobre educação circulam sem experiência concreta de sala de aula e sem base técnica. A forma como transforma essa crítica em prática aparece na ênfase em entrega acadêmica. Para ele, excelência depende de professores e de condições objetivas para que o professor ensine, oriente, avalie e mantenha vínculo com o que há de mais atual em cada área. A ideia de qualidade, então, se confirma ou se desmente em rotinas, não em declarações.

O acordo tributário de 2024 ganhou centralidade exatamente por mexer nessa estrutura de rotinas. As negociações para a transação começaram há mais de dois anos e envolveram o plano de recuperação judicial. No mesmo período, no início de 2024, houve a assinatura de outro termo de transação individual, no valor de R$ 242 milhões, para equacionar débitos ligados a FGTS e contribuição social. Na lógica de gestão, esses marcos diminuem o peso de disputas antigas e abrem espaço para planejamento com mais ordem e menos improviso.

A dimensão pública da universidade também ficou explícita no mesmo



período, fora do tema tributário. Em maio de 2024, durante as enchentes no Rio Grande do Sul, o campus de Canoas funcionou como abrigo,



QUALIDADE ACADÊMICA

Quando Melke afirma que qualidade acadêmica é compromisso inegociável, a frase só ganha peso se vier acompanhada de execução. O acordo tributário histórico ajudou a devolver fôlego e horizonte. A partir desse ponto, o compromisso se materializa em escolhas que valorizem quem ensina, sustentem um corpo docente qualificado, preservem infraestrutura e direcionem tecnologia para o que melhora, de fato, a formação

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



EXCELÊNCIA EM GESTÃO
A atuação de Melke se torna visível justamente quando o equilíbrio econômico determina o ritmo do trabalho acadêmico. Ao organizar prioridades, ele costuma tratar a pergunta central como questão de critério: o que preserva o núcleo do ensino, melhora a experiência acadêmica de forma verificável e reduz riscos que, mais adiante, custariam em credibilidade e em funcionamento

acolhendo cerca de oito mil pessoas e três mil animais. Mesmo sem relação direta com o currículo, o episódio ilustra o que significa conduzir uma instituição com grande infraestrutura e papel social: logística, segurança, manutenção, alimentação, atendimento e coordenação, tudo sob pressão. Para a presidência da mantenedora, a crise é um lembrete prático do tamanho do dever de manter a estrutura em condições de servir.

A própria escala da instituição explica por que decisões de governança têm interesse público. A universidade reúne mais de 40 mil alunos matriculados em diversos estados do Brasil e cerca de três mil colaboradores. Em uma estrutura desse tamanho, uma negociação fiscal altera a vida cotidiana de professores, técnicos e estudantes, porque mexe no que pode ser contratado, no que pode ser mantido e no que precisa ser priorizado. A atuação de Melke se torna visível justamente quando o equilíbrio econômico determina o ritmo do trabalho acadêmico.

Há, ainda, um limite institucional que ele precisa administrar com cuidado. Qualidade acadêmica envolve

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



reitoria, direções, colegiados de curso, docentes, equipes técnicas e regras de órgãos reguladores. O papel do presidente da mantenedora, nesse arranjo, é organizar condições, exigir coerência entre orçamento e padrões acadêmicos e manter a instituição em regularidade para que o trabalho pedagógico não seja interrompido por riscos evitáveis. A consequência aparece quando a vida acadêmica consegue seguir com continuidade, mesmo em ambiente externo instável.

Quando Melke afirma que qualidade acadêmica é compromisso inegociável, a frase só ganha peso se vier acompanhada de execução. O acordo tributário histórico ajudou a devolver fôlego e horizonte. A partir desse ponto, o compromisso se materializa em escolhas que valorizem quem ensina, sustentem um corpo docente qualificado, preservem infraestrutura e direcionem tecnologia para o que melhora, de fato, a formação. O futuro da instituição depende de manter essa base sólida funcionando mês a mês, porque é dela que nasce um ensino capaz de formar profissionais preparados para atuar com competência, ética e responsabilidade.

O IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DE QUEM OPERACIONALIZA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



PRISCILLA LUNARDELLI
Vice-presidente do Sintergs

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

No Poder Executivo do Rio Grande do Sul, servidoras e servidores de nível superior cumprem um papel essencial na operacionalização, no monitoramento e na fiscalização de políticas públicas. Em áreas como saúde, meio ambiente, agricultura, cultura, governança, planejamento e gestão, o trabalho técnico exige estudo, método, registro e consistência. São atividades que pedem atenção constante, porque um parecer, um encaminhamento ou uma análise mal conduzida pode gerar consequências administrativas, atrasos, retrabalho e insegurança para quem executa e para quem recebe o serviço.

Essa responsabilidade técnica, por si só, já impõe um nível de pressão. O que agrava o cenário é quando a estrutura disponível não acompanha o tamanho da tarefa. Há situações em que faltam equipes de apoio de nível médio e técnico, e o resultado é o acúmulo de funções em quem deveria estar concentrado em análises e decisões compatíveis com sua atribuição principal. Quando isso se torna rotina, o trabalho deixa de ter respiro. A pessoa passa a operar sempre no limite, alternando entre tarefas que exigem raciocínio técnico aprofundado e demandas operacionais que consomem tempo, energia e foco.

A saúde mental, aqui, não se resolve só com recomendações individuais. Ela depende de condições concretas de trabalho: equipes bem dimensionadas, tarefas distribuídas com equilíbrio e um ambiente onde o conhecimento técnico circule com naturalidade.

Em muitos setores, a estabilidade do serviço público está diretamente ligada à capacidade da equipe de registrar de forma consistente, apontar riscos, sugerir correções e sustentar critérios. Quando esse fluxo é travado, o desgaste emocional de quem trabalha e a fragilidade do serviço avançam juntos.

Nos últimos anos, relatos do cotidiano e conversas que chegam ao sindicato têm apontado com mais frequência o assédio como uma prática silenciosa. Ele aparece menos como agressão direta e mais como bloqueio do trabalho técnico: interrupções recorrentes, desautorização sem critério claro e pressão para evitar registros ou posições técnicas. Esse ambiente corrói a confiança, esvazia o sentido do trabalho e impacta profundamente quem entrou no serviço público para atuar com responsabilidade e competência.

Falar disso com sobriedade é necessário. Um local de trabalho saudável não é aquele em que nunca há divergência. É aquele em que divergências são tratadas com critérios, com registro e com respeito. Quando há clareza de papéis, rotinas de escuta e procedimentos que protegem a manifestação responsável, a equipe trabalha com mais segurança emocional. E quando essa segurança existe, a administração pública ganha previsibilidade, continuidade e melhor capacidade de atender a população.

A saúde mental também é atravessada por um tema que parece, à primeira vista, apenas financeiro, mas que na prática é emocional: a previsibilidade da vida material. Servidoras e servidores organizam família, moradia, estudo e cuidados de saúde com base na renda que recebem. A Constituição prevê a revisão geral anual da remuneração, condicionada a iniciativa e aprovação em lei, e o debate sobre reposição integra a vida institucional. Quando essa previsibilidade falha, o estresse cresce. Insegurança financeira, para muita gente, não é um conceito abstrato. É uma preocupação diária que afeta sono, concentração e estabilidade emocional.

O Janeiro Branco, portanto, não serve apenas para lembrar que é importante "cuidar da mente". Ele ajuda a enxergar que saúde mental no serviço público passa por organização do trabalho, por respeito ao conhecimento profissional e por condições que preservem a dignidade de quem serve ao Estado. Isso inclui equipes dimensionadas de forma compatível com a responsabilidade assumida, processos claros para encaminhar conflitos e relatos, e práticas de gestão que não transformem a hierarquia em instrumento de pressão. Inclui, também, um compromisso cotidiano de tratar o trabalho técnico como parte do patrimônio institucional, porque ele protege a própria administração pública.

Esse cuidado beneficia diretamente a sociedade. Um Estado que funciona bem depende de pessoas que consigam trabalhar com segurança, com critérios e com equilíbrio. Quando o ambiente adoece, o serviço perde continuidade, a qualidade cai e o desgaste se espalha. Quando o ambiente é organizado, com papéis claros e respeito ao trabalho técnico, a administração pública ganha estabilidade, reduz ruídos e melhora sua capacidade de responder às necessidades coletivas.

> "Quando há clareza de papéis, rotinas de escuta e procedimentos que protegem a manifestação responsável, a equipe trabalha com mais segurança emocional"

O Sintergs participa dessa conversa porque representação sindical também é cuidado. É um espaço de escuta, de acolhimento e de encaminhamento responsável para situações que não podem ser naturalizadas. Tratar saúde mental no serviço público é reconhecer que o trabalho tem peso real na vida das pessoas e que a proteção desse trabalho precisa ser parte da agenda institucional. Janeiro passa. O tema permanece, e precisa permanecer com seriedade, com linguagem clara e com compromisso com o que é concreto.



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS spo FAMURS É no município que tudo acontece. KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

COMUNICAÇÃO, INOVAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS APROXIMAM A

ULBRA DA SOCIEDADE

Com gestão estratégica e visão de futuro, Ruy Santiago Irigaray lidera a modernização da comunicação e das relações institucionais da Universidade, fortalecendo o diálogo com a sociedade e a presença pública da Ulbra

Texto: Paulo Fontoura
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência e Acervo Ulbra
Edição e legendas: Lucio Vaz

A Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) atravessa um novo momento institucional. Após um período desafiador, a universidade avança em um ciclo de reconstrução, crescimento e fortalecimento, sustentado por decisões estratégicas voltadas ao reposicionamento da instituição no cenário educacional e à ampliação de sua presença pública.

Nesse contexto, a comunicação assume papel estruturante. Para além da divulgação de ações e projetos, passa a ser compreendida como instrumento estratégico de gestão da reputação institucional, de promoção da transparência e de qualificação do relacionamento com a sociedade. À frente desse processo está o professor Ruy Santiago Irigaray, superintendente de Relações Institucionais e Comunicação da Ulbra, cuja atuação tem contribuído para o alinhamento entre estratégia institucional, inovação e diálogo social.

COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

A comunicação institucional tem passado por um processo de evolução conceitual. De um modelo predominantemente informativo, avançou para uma abordagem orientada à integração de canais, à consistência narrativa e à construção de relações de confiança com a comunidade acadêmica e com os diferentes públicos da universidade.

Sob a coordenação de Ruy Irigaray, a Ulbra consolidou um modelo de comunicação mais integrado, com alinhamento entre identidade institucional, posicionamento público e presença nos diferentes ambientes de mídia. As iniciativas incluem a modernização dos fluxos de comunicação, o fortalecimento das plataformas próprias, a ampliação da produção de conteúdo multiplataforma e a reorganização do ecossistema de mídia e telecomunicações da universidade.

MÍDIA UNIVERSITÁRIA E PRESENÇA PÚBLICA

No âmbito das telecomunicações, a comunicação passou a ser tratada de forma integrada à tecnologia e à mídia, como ativo estratégico para ampliar o alcance institucional e fortalecer o relacionamento com a sociedade.

A retomada da TV Ulbra integra esse movimento de reorganização e reposicionamento institucional. A emissora passou por um processo de fortalecimento de marca e redefinição de propósito, consolidando-se como espaço de produção de conteúdos alinhados às áreas da educação, da cul-



A ULBRA DE VOLTA AO TOPO
Como num movimento coletivo, quase sincronizado, os bons ventos sopram de volta a Canoas e a Ulbra, por meio de seus líderes, também protagoniza esse momento único de retomada do desenvolvimento na cidade. Na foto, da esquerda para a direita: o presidente da Fulbra, Monir Ferranti; o prefeito de Canoas, Airton Souza; e o superintendente de Relações Institucionais e Comunicação na universidade, Ruy Irigaray

tura e do interesse público.

Outro vetor relevante é a Rádio MIX FM 107.1, que apresenta crescimento consistente de audiência e reconhecimento em levantamentos de mercado. Integrada à estrutura universitária, a emissora amplia a presença pública da Ulbra e contribui para uma comunicação que articula informação, entretenimento e utilidade pública.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

PRESENÇA DIGITAL E INOVAÇÃO

A estratégia de comunicação institucional também se consolida no ambiente digital. O lançamento da Ulbra Play representa um avanço na organização e na distribuição de conteúdos digitais da universidade. A plataforma reúne diferentes formatos — como programas, entrevistas, transmissões, séries e podcasts — e amplia o alcance institucional nos meios digitais.

Mais do que uma solução tecnológica, a Ulbra Play está alinhada às tendências contemporâneas de consumo de conteúdo e ao fortalecimento da presença digital da universidade, ampliando os pontos de contato com seus públicos.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE

À frente das Relações Institucionais, Ruy Irigaray atua na articulação da Ulbra com o poder público, lideranças regionais e diferentes segmentos da sociedade. Essa atuação se expressa em agendas institucionais, recepção de autoridades e visitas estratégicas às estruturas da universidade.

Os ambientes de mídia e comunicação, como os estúdios da TV Ulbra e da Rádio MIX FM, passaram a integrar essas agendas institucionais, consolidando-se como espaços de diálogo e aproximação institucional.

COMUNICAÇÃO E IMPACTO SOCIAL

Entre as iniciativas de maior alcance social está o Cavalo Caramelo, símbolo de resistência após as enchentes no Rio Grande do Sul. Adotado pela Ulbra, o animal passou a integrar ações institucionais e comunitárias, fortalecendo a presença da universidade em iniciativas de



DOIS HOMENS E UM DESTINO

Carlos Melke e Ruy Irigaray protagonizam a volta por cima da Ulbra: o impacto positivo em milhares de futuras carreiras no RS, ainda é um número intangível



NOVO MODELO DE COMUNICAÇÃO
Sob a coordenação de Ruy Irigaray, a Ulbra consolidou um modelo de comunicação mais integrado, com alinhamento entre identidade institucional, posicionamento público e presença nos diferentes ambientes de mídia

cunho social e humanitário.

O perfil oficial do Cavalo Caramelo nas redes sociais ultrapassou a marca de 100 mil seguidores, configurando-se como um caso relevante de engajamento digital associado a valores institucionais como empatia, cuidado e responsabilidade social.

GESTÃO ORIENTADA AO FUTURO

A atuação de Ruy Irigaray se caracteriza por uma gestão orientada à integração entre comunicação, inovação e relações institucionais. Ao estruturar processos, alinhar estratégias e ampliar o diálogo com a sociedade, a Ulbra reforça seu posicionamento como instituição comprometida com uma atuação contemporânea, responsável e conectada aos desafios do presente e do futuro. ■

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS
spo
FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



CAPA PERFIL

SILOMAR GARCIA

FAZ JUS À UVERGS CINQUENTENÁRIA

Saiba como Silomar Garcia Silveira reposicionou a União dos Vereadores do Rio Grande do Sul no cenário político, transformando a entidade em também referência técnica para centenas de vereadores em diversas cidades do Estado

Lucio Vaz

Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência e Acervo Ulbra

LE BERG
IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

Silomar Garcia Silveira construiu uma trajetória que mistura sala de aula, prática jurídica e rotina legislativa municipal. Formado em Letras, atuou como professor e lecionou português, literatura e inglês no Instituto João Neves da Fontoura, antes de consolidar sua atuação no Direito. No campo jurídico, reúne especializações em Direito Público pela Ulbra e em Advocacia Municipal pela UFRGS, combinação que ajuda a explicar por que seu trabalho público costuma girar em torno de regra, rito e atribuição formal. Esse repertório aparece na forma como ele ocupa funções técnicas dentro do municipalismo, presta assessoria jurídica a estruturas legislativas e, na presidência da Uvergs, organiza a entidade como um instrumento de coordenação permanente entre câmaras municipais, com pauta, orientação e interlocução institucional para conferir previsibilidade ao que chega ao Palácio Piratini e à Assembleia Legislativa.

Vereador trabalha com orçamento votado por lei, fiscalização, requerimentos, pedidos de informação, proposições e a organização interna da Câmara. Quando esse papel se enfraquece, o controle tende a se concentrar no Executivo e o contraditório perde espaço. A atuação de Silomar parte de uma premissa simples: o Legislativo municipal precisa de método, rito e linguagem técnica suficiente para que a fiscalização deixe de ser reativa e se torne regular, sustentada por documentos, prazos e responsabilidades.

Na presidência da Uvergs, ele opera como articulador classista. A entidade é declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº 12.023, de 2003, e mantém uma atuação que combina formação técnica, eventos e assessoria jurídica permanente para agentes públicos municipais. Essa estrutura se apoia em tarefas concretas: orientar mesas diretoras sobre ritos de eleição interna, apoiar comissões na redação de atos, esclarecer limites entre iniciativa do Legislativo e atribuições do Executivo e sustentar, com linguagem direta, o que cabe a um vereador cobrar, votar, rejeitar e regulamentar no cotidiano de uma Câmara.

Esse tipo de liderança depende de coesão, e a coesão, no legislativo municipal, raramente nasce de afinidade partidária. Ela costuma nascer de regra comum. Silomar trabalha com repertório de procedimento: regra de sessão, quórum, iniciativa, constitucionalidade em âmbito municipal, responsabilidade fiscal e dever de transparência. Ao organizar isso de forma repetida, ele ajuda a produzir um padrão compartilhado entre vereadores que disputam posições políticas em municípios distintos, mas enfrentam dilemas parecidos quando precisam conciliar demanda social,



INCANSÁVEL
Silomar durante mais um de seus muitos encontros legislativos: a inigualável persistência desse homem, em prol da qualificação dos vereadores gaúchos vem transformando, paulatinamente, a forma de legislar no RS

limites legais e capacidade financeira.

A presença em espaços de controle e governança completa esse desenho. Em dezembro de 2024, como presidente da Uvergs, ele esteve no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul em agenda institucional com a presidência do órgão. O tema, na prática, é o elo entre fiscalização parlamentar e fiscalização externa: o vereador precisa entender como se lê um relatório, como se estrutura uma demanda de informação e como se acompanha a execução orçamentária com base em documentos, prazos e responsabilidade administrativa. Em dezembro de 2025, ele também participou de agenda do Tribunal de Contas em encontro regional em que foi homenageado, num gesto que reforça a presença institucional da entidade em rotinas de controle externo e governança. Por sua busca incessante por transparência, foi homenageado pelo rígido TCE-RS, (leia box), durante evento na Ulbra, em Canoas.



Na Uvergs, além de presidente, ele atua como advogado e tem trajetória como professor por quase quatro décadas. No plenário de Novo Cabrais, teve passagem pela Procuradoria Jurídica do município e mantém atuação na advocacia local. Essa formação ajuda a explicar por que sua atuação é associada, entre pares, à defesa de prerrogativas do mandato. Prerrogativa, nesse contexto, significa meios legais para que o vereador cumpra o papel de legislar e fiscalizar sem depender de favores, de informalidade ou de atalhos.

Outra faceta desse trabalho aparece em agendas que extrapolam o município, sem perder vínculo com temas locais. Em 2023, ele registrou no plenário compromissos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul relacionados à subcomissão de defesa do tabaco e dos plantadores de fumo e também informou participação em ato de posse em instância estadual do Partido Progressistas. São movimentações típicas de quem entende que parte das pautas municipais depende de articulação fora do território, especialmente em cadeias econômicas que atravessam regiões e chegam ao Estado como assunto de política pública.

Ao organizar essa ponte, Silomar se coloca como guardião de uma ideia simples: o legislativo municipal precisa funcionar como poder, com autonomia e responsabilidade, para que a cidade tenha contrapontos institucionais estáveis. A consequência pública desejada é direta. Quando o vereador dispõe de instrumentos e critérios, a fiscalização ganha densidade, a lei melhora, o debate sobre prioridades se torna mais técnico e o município passa a ter mais capacidade de dialogar com o Estado em temas que exigem cooperação intergovernamental.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



DISTINÇÃO NO PARLAMENTO GAÚCHO
Presidente homenageado pelo amigo e deputado estadual, Marcus Vinicius: o reconhecimento do parlamento estadual é a mais pura tradução de que o presidente da Uvergs está no caminho certo

No fechamento, a síntese volta ao eixo central. Silomar Garcia Silveira trabalha num campo em que a força política depende de procedimento, e em que o resultado se mede pela capacidade de manter vereadores diferentes alinhados em torno de prerrogativas e de um padrão mínimo de funcionamento institucional. Quando essa coesão existe, a voz do legislativo local ganha escala e chega a instâncias estaduais com mais chance de ser tratada como pauta pública consistente, e não como demanda isolada.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

PRESIDENTE DA UVERGS É HOMENAGEADO PELO TCE-RS



RECONHECIMENTO TÉCNICO
Conselheiro do TCE-RS, Marco Peixoto, agracia o presidente da Uvergs nos 50 anos da entidade

Durante Encontro Regional promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), o presidente da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (Uvergs), Silomar Garcia Silveira, foi homenageado com a escultura-símbolo "Gaúcha".

A honraria foi concedida em reconhecimento à participação do presidente da Uvergs nos dez encontros regionais realizados ao longo de 2025, evidenciando seu compromisso institucional, a valorização do diálogo entre os órgãos de controle e o fortalecimento das relações entre o Tribunal de Contas e os Legislativos Municipais.

A distinção, prevista na Resolução nº 717/2005, é destinada a personalidades que se destacam pela contribuição ao serviço público, pelo incentivo à boa governança e pelo apoio às ações de fiscalização e transparência na administração pública.

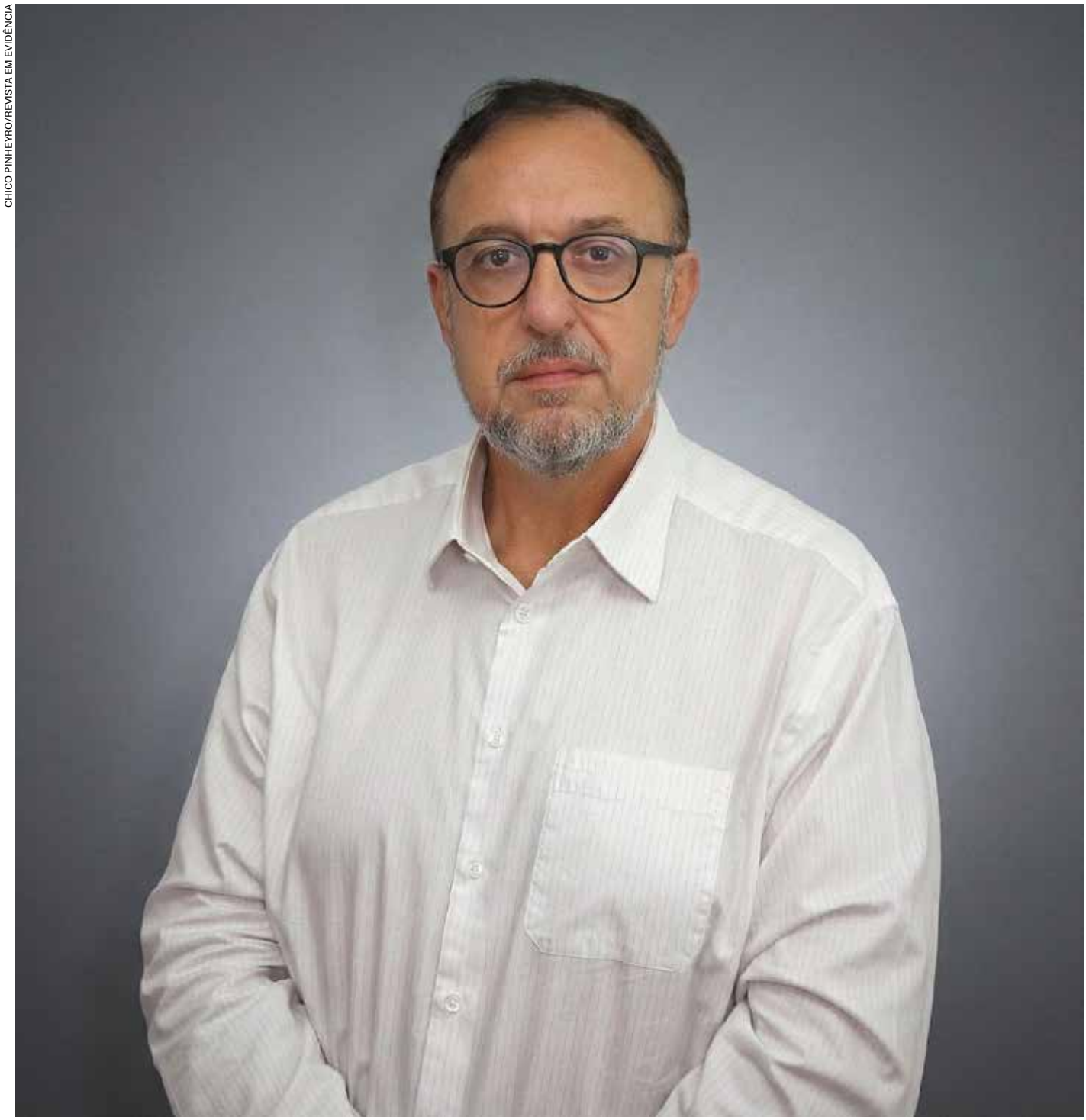
A atuação de Silomar Garcia Silveira à frente da Uvergs reforça a importância da presença institucional da entidade em espaços de formação, diálogo e cooperação, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para o fortalecimento do Poder Legislativo Municipal.

A homenagem representa o reconhecimento a uma trajetória marcada pelo compromisso, responsabilidade e dedicação ao interesse público. ■

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

HOMENS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



GILSON CONZATTI
Presidente da União dos Vereadores do Brasil

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

> “Trata-se de um problema social que exige o engajamento dos homens, a mudança de atitudes e o fortalecimento de uma cultura de respeito”

A violência contra a mulher continua sendo uma das maiores feridas sociais do Brasil. Mesmo com leis avançadas, campanhas recorrentes e uma rede institucional de proteção, os índices de agressões e de feminicídio seguem elevados. Isso revela que, embora importantes, as políticas adotadas até aqui não têm sido suficientes para produzir a mudança de comportamento que o país precisa.

É preciso reconhecer um ponto central: a maioria dos autores da violência são homens. Ignorar esse dado é insistir em soluções parciais. O enfrentamento da violência contra a mulher não pode ser tratado apenas como uma pauta feminina. Trata-se de um problema social que exige o engajamento dos homens, a mudança de atitudes e o fortalecimento de uma cultura de respeito.

Nesse contexto, a União dos Vereadores do Brasil (UVB) assume um papel estratégico. Presente em praticamente todos os municípios brasileiros e formada, em sua maioria, por homens que exercem mandato eletivo, a UVB tem capilaridade para levar a conscientização onde o Estado muitas vezes não chega. O legislativo municipal é espaço de proximidade com a comunidade, de formação de opinião e de promoção de políticas públicas concretas.

Combater a violência exige ações estruturantes. Significa priorizar recursos orçamentários para a rede de proteção e para a assistência social, fortalecer o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), apoiar o trabalho do Ministério Público e da Defensoria Pública, e investir em educação e conscientização nas escolas. Prevenir é mais eficaz e menos custoso do que remediar.

Também é fundamental avançar na estrutura institucional dos municípios, com a criação da Procuradoria de Defesa da Mulher nas Câmaras Municipais, como espaço de orientação, acolhimento e articulação com a rede de proteção. Informação salva vidas, e o acesso à orientação correta ajuda a romper o ciclo da violência.

Trazer os homens para o centro desse debate não é confrontar, mas responsabilizar. É reconhecer que a mudança passa por atitudes cotidianas: respeito, diálogo, controle de impulsos e posicionamento diante da violência. O silêncio também perpetua o problema.

> “Presente em praticamente todos os municípios brasileiros e formada, em sua maioria, por homens que exercem mandato eletivo, a UVB tem capilaridade para levar a conscientização onde o Estado muitas vezes não chega. O legislativo municipal é espaço de proximidade com a comunidade, de formação de opinião e de promoção de políticas públicas concretas”

Não se trata de um tema “bonito” para discursos. Trata-se de uma urgência nacional. Se os números continuam crescendo, precisamos ter humildade para admitir que é necessário fazer mais e fazer diferente. Homens no combate à violência contra a mulher não é slogan, é compromisso com a vida, com a dignidade e com o futuro do país.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: NÃO É ESTATÍSTICA, É FERIDA ABERTA

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



SILVANA COVATTI
Deputada estadual, primeira e única mulher a presidir a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

> “Essa pauta não é só das mulheres. É fundamental que os homens assumam seu papel, se posicionem e rompam com o silêncio que ainda protege comportamentos violentos. Não há enfrentamento real sem homens comprometidos com essa transformação”

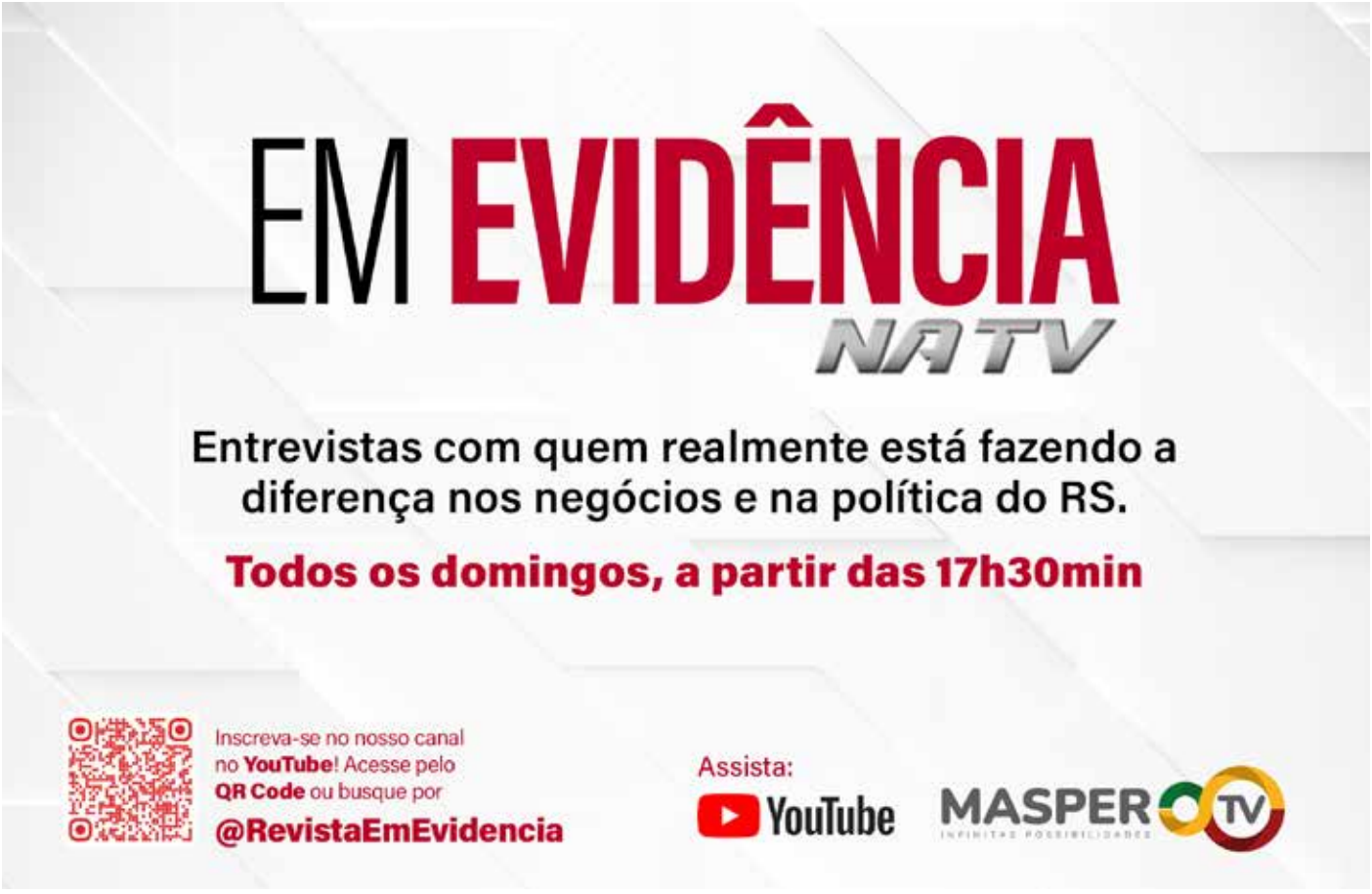
Os números da violência contra a mulher no Brasil voltam a doer. E doem ainda mais neste período de férias e início de ano, quando o que deveria ser encontro, descanso e afeto muitas vezes se transforma em medo dentro de casa. Não é coincidência. É alerta. É urgência.

Infelizmente, 2026 já iniciou com notícias tristes relatando os primeiros casos de feminicídio. No Rio Grande do Sul, o mês de janeiro já traz a triste marca de dez mulheres que tiveram suas histórias encerradas por seus companheiros. Essa dor não pode ser esquecida. A violência não pode mais ser naturalizada nem silenciada.

Falo como deputada, mas falo sobretudo como mãe. Sou mãe de duas mulheres e de um homem. E isso molda tudo o que penso e defendo. A violência que atinge nossas filhas nasce, muitas vezes, da educação que falha. A proteção que precisamos construir começa dentro de casa, na forma como ensinamos nossos filhos, especialmente os meninos, a lidar com frustrações, limites, respeito e afeto.

Essa pauta não é só das mulheres. É fundamental que os homens assumam seu papel, se posicionem e rompam com o silêncio que ainda protege comportamentos violentos. Não há enfrentamento real sem homens comprometidos com essa transformação.

Precisamos de leis firmes, sim, mas também de uma mudança silenciosa e poderosa: a da educação emocional, do exemplo cotidiano, do “aqui não” dito com clareza. Criar homens que respeitem e mulheres que não aceitem violência é um compromisso coletivo. É político. É humano. É urgente. Porque proteger a vida de uma mulher é dever de todos nós, todos os dias.



IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

FÁBIA RICHTER

TITULAR DA SECRETARIA DA MULHER DO RIO GRANDE DO SUL

Edição e entrevista: Jennifer Nunes
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

O início de 2026 foi marcado por uma triste realidade, que escancara o machismo estrutural numa sociedade em que, frequentemente, mulheres são mortas por sua condição de gênero. Diante desse cenário desafiador, o governo do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria da Mulher (SDM), tem atuado para combater todas as formas de violência contra a mulher e, principalmente, o feminicídio.

Há pouco mais de quatro meses, desde sua recriação, a SDM está empenhada em planejar e criar ações que reforcem e ampliem a rede de proteção às mulheres em todo o Estado. Conduzida por uma equipe multidisciplinar, a pasta é chefiada por Fábia Richter, enfermeira de formação, empossada secretária da Mulher em outubro pelo governador Eduardo Leite. Ex-prefeita de Cristal, Fábia assumiu uma missão fundamental de articular políticas públicas que promovam a defesa dos direitos das mulheres.

Confira, na entrevista a seguir, os desafios e feitos de Fábia, frente à Secretaria da Mulher



Já é possível fazer um balanço deste período de atuação da Secretaria da Mulher?

Sim, antes, é importante destacar que uma política de Estado requer planejamento, pesquisa, responsabilidade, foco e trabalho diário. Desde que iniciamos o trabalho da Secretaria, uma das nossas prioridades era – e continua sendo – fortalecer a rede de proteção à mulher. Na prática, isso quer dizer que é preciso uma articulação permanente entre diferentes serviços, que trabalhem de forma integrada de modo a prevenir a violência e a garantir o direito das mulheres. Essa rede inclui a segurança pública, a assistência social, a justiça, a saúde e outras áreas. E claro que o fortalecimento dessa rede depende, fundamentalmente, da organização dos municípios, por isso nos aproximamos das prefeituras e demais organismos de proteção às mulheres das cidades gaúchas, para ampliar o diálogo e buscar caminhos para enfrentar essa violência, que é um problema de toda a sociedade. Então, ainda que essa seja uma tarefa que não se esgota, é possível assegurar que estamos trilhando um caminho junto dos municípios gaúchos na construção de políticas para as mulheres que vivem no Rio Grande do Sul.

Que ações práticas já foram adotadas para conter a violência contra as mulheres?

Desde a recriação da Secretaria da Mulher (SDM), em setembro de 2025, diversas medidas foram adotadas para combater a violência de gênero. Entre elas, estão: a ampliação da rede de proteção no território gaúcho; ampliação do horário de atendimento do Centro de Referência Estadual da Mulher (CREM) para 24 horas, serviço que oferece escuta, acolhimento, orientação e encaminhamentos, tanto por meio da Escuta Lilás (0800 541 0803) quanto presencialmente. O serviço conta com assistentes sociais, psicóloga e advogada e presta escuta, acolhimento, orientação e encaminhamento às mulheres em situação de violência, além de dar suporte às equipes técnicas dos 497 municípios, que buscam informações sobre fluxos e procedimentos.

Também foi lançada em dezembro, a campanha "Não maquie, denuncie", cujo objetivo é conscientizar a sociedade, destacar a importância do acolhimento às vítimas e incentivar a denúncia de qualquer tipo de violência contra mulheres. A iniciativa está organizada em diferentes frentes de divulgação, incluindo televisão, rádio, jornal e redes sociais, nas quais conta com a colaboração de influenciadores digitais.

Além disso, a Secretaria da Mulher, em parceria com a Secretaria da Segurança Pública (SSP) para estreitar laços entre municípios e a força policial. Uma das medidas recentes promovidas nesse âmbito foi a ação "Local Seguro", no litoral gaúcho, na qual guaritas dos guarda-vidas tornaram-se pontos de acolhimento e orientação às mulheres vítimas de violência doméstica. A iniciativa inclui fixação de adesivos informativos nos locais.

Como está sendo realizada a prevenção da violência doméstica?

Antes de tudo, é fundamental que haja uma consciência social de que a violência contra mulher, seja ela física, verbal, moral, sexual, patrimonial ou digital, jamais pode ser naturalizada. Por isso, a campanha é de suma importância. Cabe destacar, porém, que o enfrentamento à violência contra as mulheres e a prevenção aos feminicídios envolvem diversas ações do governo do Estado, que são transversais e executadas por diferentes secretarias, órgãos e forças de segurança. Temos iniciativas realizadas de forma integrada, como a Patrulha Maria da Penha, além de outras políticas desenvolvidas em conjunto com diferentes pastas e efetivos. Em 2026, o governo seguirá fortalecendo a rede de proteção, ampliando as campanhas de prevenção nas mídias, investindo em serviços de abrigamento e em projetos voltados à autonomia das mulheres, em articulação com os municípios e demais instituições.

Que programas o Estado possui que sejam voltados para a saúde da mulher?

O principal deles é o SERMulher, o Serviço Especializado de Referência à Saúde da Mulher, criado e executado pela Secretaria da Saúde. Esse programa oferece atendimento qualificado e especializado a mulheres com alterações nos exames de rastreamento de câncer de colo do útero e de mama, com suspeita de endometriose, adenomiose, miomatose, para investigação de infertilidade e no climatério. Ele também proporciona acesso a consultas com especialistas, a exames e procedimentos ambulatoriais nas linhas de cuidado dos cânceres de colo do útero e de mama, endometriose, infertilidade, climatério, planejamento reprodutivo, além de ser um centro formador para profissionais da atenção primária à saúde.

Em relação à estrutura da rede de atendimento, o que é oferecido, hoje, às mulheres que sofrem violência e o que está previsto para 2026?

O Rio Grande do Sul possui 23 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), que realizam ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal. Além disso, há sete Delegacias de Polícia de Proteção a Grupos Vulneráveis (DPGV), com atribuição de DEAM. Nas unidades, é possível solicitar medidas de proteção de urgência nos casos de violência doméstica contra mulheres. A partir de 2025, as mulheres vítimas de violência passaram a contar, diretamente na Delegacia Online da Mulher (DOL Mulher), com a medida protetiva de urgência, que pode ser solicitada por meio do endereço: https://www.delegaciaonline.rs.gov.br/dol/#!/delegaciadamulher/main.

Já as Salas das Margaridas são espa-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS
spo
FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



> “Ironicamente, isso ainda parece ser um paradoxo, pois, ao mesmo tempo, em que dizemos que a mulher pode ser o que ela quiser, os fatos nos mostram outra realidade: mulheres mortas por serem o que são, mulheres”



> Antes de tudo, é fundamental que haja uma consciência social de que a violência contra mulher, seja ela física, verbal, moral, sexual, patrimonial ou digital, jamais pode ser naturalizada

ços destinados ao acolhimento das vítimas e funcionam nas dependências da Delegacia de Polícia do município. São 97 em todo o Estado.

No que diz respeito ao acolhimento institucional, o Rio Grande do Sul dispõe atualmente de 15 vagas de abrigamento para mulheres em situação de violência, localizadas em Porto Alegre - cinco estão ocupadas. Esse serviço está à disposição de todos os municípios.

A expansão desse serviço é prioridade da Secretaria da Mulher e integra o planejamento 2025-2026, visando ampliar a cobertura territorial e fortalecer a rede de apoio emergencial. A previsão é ampliar a rede de abrigamento em 2026 para 126 vagas em nove regiões do território gaúcho. A iniciativa terá investimento de R$ 6,8 milhões e o edital será lançado nas próximas semanas.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

FÁBIA RICHTER, SECRETÁRIA ESTADUAL DA SECRETARIA DA MULHER

Fábia Richter, secretária de Estado da Mulher, enfermeira de formação, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com especializações em Saúde da Família, Gestão Hospitalar e Gestão Pública. Ela construiu uma trajetória que a tornou hoje uma das vozes mais importantes da gestão pública no Rio Grande do Sul.

Na linha de frente da assistência à saúde, o cuidado das pessoas definiu Fábia Richter. Para ela, a saúde pública jamais se resumiu a processos burocráticos, mas sim ao compromisso com cada vida. Foi essa experiência que a motivou a aceitar, ainda nos primeiros anos de carreira, o convite para assumir a Secretaria de Saúde de Cristal, cargo que ocupou por uma década, de 2001 a 2011. Nesse período, estabeleceu modelos de gestão fundamentados em evidências e na cultura da prevenção. Sua atuação substituiu o caráter reativo do "apagar incêndios" por uma estratégia proativa, focada em conter as causas dos problemas sociais antes que eles se manifestassem.

Um dos marcos de sua gestão na secretaria foi o pioneirismo na vacinação contra o HPV. Mesmo diante de um cenário de forte desinformação e resistência, Fábia implementou estratégias que priorizaram a proteção das futuras gerações. Enquanto muitos municípios aguardavam diretrizes oficiais, Cristal priorizou articular escolas e comunidades, transformando o município em uma referência de prevenção no interior do país.

Eleita prefeita de Cristal por dois mandatos consecutivos (2013–2020), Fábia ampliou seu campo de atuação e aprofundou sua presença política. O reconhecimento por sua gestão foi traduzido em prêmios e honrarias, como o Prêmio Humanidades do Instituto da Pessoa, o Colar do Mérito Acadêmico e a Medalha da Assembleia Legislativa por sua atuação em defesa do SUS e dos direitos das mulheres.

Quando a pandemia da Covid-19 chegou, Fábia continuou seu trabalho de prevenção. Em Cristal, liderou a distribuição de vitamina D para o fortalecimento da imunidade e leite à população vulnerável, iniciativa que consistia em nutrição, suporte familiar e minimização dos impactos da crise. Essa postura reflete a ideia de que saúde pública eficaz é aquela que cuida antes que a doença aconteça.

Em 2025, Fábia foi convidada pelo governador Eduardo Leite a liderar a recém-criada Secretaria da Mulher do Rio Grande do Sul, assumindo oficialmente o cargo em outubro no Palácio Piratini, em Porto Alegre. A criação da pasta marca um avanço estrutural nas políticas públicas estaduais para mulheres. A secretaria foi concebida com uma lógica de ação transversal, reunindo esforços de saúde, educação, segurança pública e assistência social em um plano integrado de proteção e promoção de direitos. Fábia tem defendido que combater a violência contra a mulher é, antes de tudo, prevenir que ela ocorra. Mobilizar a sociedade, fortalecer redes de acolhimento e estimular a denúncia são estratégias claras de proteção antecipada.

Complementando sua trajetória executiva, Fábia também transformou sua expertise em uma ferramenta de capacitação por meio da FAR Treinamentos, empresa voltada a ajudar municípios e profissionais a entenderem o que é fazer saúde na prática. Para Fábia, treinar equipes não é apenas transferir conhecimento, mas instrumentar municípios para que entreguem saúde com eficiência técnica e impacto social.

Ao longo de mais de duas décadas de atuação, Fábia Richter consolidou uma trajetória marcada pela inconformidade diante da falta de políticas públicas eficazes e pela escolha constante de agir antes que os problemas se tornassem irreversíveis. Da enfermagem à gestão pública, do município ao Estado, sua história revela uma compreensão ampliada do que é fazer saúde: prevenir, planejar e cuidar das pessoas de forma integral. Em um cenário em que diante de crises frequentemente se "apagam incêndios", Fábia construiu sua história antecipando soluções. Inovação guiada pelo compromisso com a vida é uma ferramenta de transformação social.

O Estado possui 54 Centros de Referência da Mulher (CRMs).

Como a senhora avalia o lugar da mulher na sociedade?

Ironicamente, isso ainda parece ser um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que dizemos que a mulher pode ser o que ela quiser, os fatos nos mostram outra realidade: mulheres mortas por serem o que são, mulheres. No Brasil, as mulheres são maioria na população e têm conquistado espaços importantes nas empresas, na política, no esporte e outras áreas. Mas também temos fragilidades. Apenas em janeiro, tivemos 11 feminicídios no Rio Grande do Sul. Esse dado reflete, claramente, uma cultura marcada pela superioridade masculina que, em sua forma extrema, leva as mulheres à morte. Mudar essa realidade exige enfrentar essa cultura. E essa é uma luta que vai além do poder público, ela envolve todos nós, enquanto sociedade. Proteger as mulheres é um dever coletivo. Assim, conseguiremos garantir que ela possa, finalmente, ser o que ela quiser. ■

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SECOM/RS



EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS spo FAMURS É no município que tudo acontece. KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

> O que nem todos os cidadãos sabem é que o complexo normativo que regula o funcionamento do poder público demanda a atuação de profissionais altamente especializados e vocacionados para a viabilização das políticas públicas, de modo a transformar promessas em melhorias concretas

Todo cidadão espera que a administração pública seja eficiente e que isso resulte em melhorias concretas para a vida da população. O que nem todos os cidadãos sabem é que o complexo normativo que regula o funcionamento do poder público demanda a atuação de profissionais altamente especializados e vocacionados para a viabilização das políticas públicas, de modo a transformar promessas em melhorias concretas, especialmente nas áreas da educação, saúde e segurança.

No entanto, a atuação do procurador do Estado como advogado dos interesses públicos é muito mais abrangente do que a elaboração de defesas e recursos em demandas tributárias ou em discussões sobre a dívida pública com outros entes da federação. A atividade do procurador do Estado compreende a elaboração de pareceres jurídicos que viabilizam obras em rodovias e pontes, compras de armas, viaturas, medicamentos e leitos hospitalares, bem como a proteção dos interesses públicos contra a corrupção.

Dois exemplos emblemáticos dessa atuação em 2025 ocorreram na saúde. Partiu da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RS) a investigação sobre fraudes em ações que obrigavam o Estado a contratar serviços de tratamento domiciliar de saúde. A apuração revelou indícios de irregularidades que poderiam gerar prejuízos milionários aos cofres públicos e comprometer o atendimento a pacientes. O olhar aguçado para detectar o esquema protegeu recursos públicos, com a ética e transparência.

> Outra vitória coletiva viabilizada pela Procuradoria foi o acordo com o Ministério Público Estadual para acabar com a controvérsia histórica na contabilidade constitucional em saúde

Outra vitória coletiva viabilizada pela Procuradoria foi o acordo com o Ministério Público Estadual para acabar com a controvérsia histórica na contabilidade constitucional em saúde. Um trabalho que garantiu previsibilidade ao Estado para ampliar os investimentos em mais de R$ 1 bilhão até o final deste ano. Além de abrir espaço para criação do SUS Gaúcho, que já viabilizou mais de 107 mil consultas extras de oftalmologia e ortopedia de joelho, reduzindo a fila de espera.

São apenas dois exemplos em dezenas de soluções jurídicas que viabilizam políticas públicas, dia a dia, garantindo que programas sociais, obras e serviços cheguem aos gaúchos.

Quem faz, está
Em Evidência.
POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANUNCIE: 51 98444-4616
revistaemevidencia
revistaemevidencia.com.br
Revista em evidência



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

LUIZ OTÁVIO PRATES

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO DE PORTO ALEGRE

Entrevista: Claudio Andrade
Edição: Lucio Vaz
Fotos: Chico PInheyro/Revista Em Evidência

O Programa Em Evidência na TV (aos domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 17h30 às 19h, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube), entrevistou o homem responsável por dar rosto e voz à gestão pública executiva de Porto Alegre: Luiz Otávio Prates, secretário de Comunicação da capital de todos os gaúchos. Confira nas páginas a seguir, os melhores momentos desse bate-papo ou acesse o QR Code e assista na íntegra

Como foi a trajetória profissional até assumir a Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Porto Alegre?

Sou natural de Alegrete. Em 1997, mudei com a minha família para Santa Maria. Lá, concluí a escola, cursei Jornalismo e me formei no Centro Universitário Franciscano, que hoje é a Universidade Franciscana.

Comecei a trabalhar em 2010 na prefeitura; ainda não era formado. A formatura veio em 2011, quando eu estava na Prefeitura de Santa Maria. Antes disso, tive passagens por veículos e estágios, como costuma acontecer durante a formação acadêmica.

Em 2013, no meio do ano, assumi a comunicação da Prefeitura de Santa Maria. Eu tinha 25 anos. Foi um crescimento relativamente rápido, e isso abriu caminho para chegar até a Prefeitura de Porto Alegre. Nesse intervalo, passei pela iniciativa privada, pela Assembleia Legislativa e também coordenei a comunicação da Secretaria de Segurança do Estado, em 2019, até o início de 2020.

Depois, a convite do secretário Cezar Schirmer — com quem eu havia trabalhado em Santa Maria e, mais tarde, na Secretaria de Segurança — assumi a chefia de gabinete da Secretaria de Planejamento do município de Porto Alegre, antes de virar secretário. Nos primeiros seis meses do governo, fiquei nessa função. Naquele período, o secretário de Comunicação era o Flávio Dutra e, por motivos pessoais, decidiu sair. Ele levou alguns nomes ao prefeito como sugestão de substituição e incluiu o meu nome. O prefeito Sebastião Melo aceitou; na época, conversou com o Schirmer, que não vetou a minha saída da Secretaria de Planejamento. Assim, eu assumi a comunicação da prefeitura em julho de 2021.

De lá para cá, atravessamos a pandemia e a maior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul, a enchente de 2024, que atingiu o Estado e também Porto Alegre, com reflexos que permanecem até hoje. Houve outras crises climáticas menores: um temporal em janeiro de 2024; em

2023, inundações em setembro e novembro, que levaram ao fechamento das comportas do Cais e tiveram impacto maior no interior do Rio Grande do Sul.

Depois disso, veio o processo eleitoral de 2024, com vitória e recondução. O prefeito foi reconduzido e me convidou a permanecer. Houve transição de governo: o prefeito é o mesmo, mas o governo muda, porque a composição política é diferente. Foram quatro anos e meio de muita intensidade, e também de muito prazer e honra por liderar uma equipe tão qualificada na comunicação da Prefeitura de Porto Alegre.

Como é a rotina de trabalho e o estilo de liderança do prefeito Sebastião Melo no dia a dia do governo?

O prefeito trabalha muito, e quem está na comunicação acompanha. O ritmo é intenso, especialmente para quem já vem do primeiro governo e passou por uma enchente muito desgastante em 2024. Depois, veio o processo eleitoral, a coordenação de comunicação de campanha, a eleição e uma transição complexa, porque a composição política muda. Houve saídas e chegadas, e muitos secretários vieram de outras cidades sem a experiência de gerir uma máquina como a da Prefeitura de Porto Alegre, que é complexa.

Essa característica do prefeito é real. Ele dizia isso nas campanhas de 2020 e de 2024: que dorme tarde e acorda cedo. Pela minha experiência, muitas vezes eu acordo e já há áudio no WhatsApp ou mensagem. Mas é uma cobrança respeitosa; ele é acolhedor, respeita, ouve, dialoga e constrói soluções. A palavra final é sempre do prefeito e, como secretário, é preciso entender esse processo e seguir.

Eu valorizo o diálogo franco que existe. E isso vale para mim e para os demais secretários, liderados por ele com essa disposição e energia. Ele é conciliador.

Onde fica a Secretaria de Comunicação hoje e como funciona a sua estrutura dentro da prefeitura?

A Secretaria de Comunicação fica no prédio da João Manoel, no Centro Administrativo Municipal, no 14º andar. O gabinete do prefeito fica no 17º andar, então estamos perto. Isso facilita o diálogo e o trabalho direto: mesmo com agenda programada, às vezes o prefeito chama; eu peço um minuto, vou até lá e retorno.

A estrutura funciona com comunicação centralizada — a equipe que eu lidero diretamente, o Gabinete de Comunicação Social — e, ao mesmo tempo, cada secretaria tem profissionais que coordenam a comunicação e respondem. Esse trabalho precisa ocorrer com alinhamento absoluto com a equipe central, porque o governo é um só. O que uma secretaria responde precisa ter coerência com o centro do governo e com o que as demais secretarias estão respondendo.

A responsabilidade é grande porque há resposta à imprensa e também ao cidadão, de forma direta. A comunicação mudou: antes, redes sociais não tinham a força que têm hoje. Isso exige mais responsabilidade na apuração e na divulgação da informação. O esforço é manter a equipe qualificada: promover seminários, cursos e viabilizar qualificação profissional.

São cerca de 30 profissionais na comunicação centralizada, além de profissionais distribuídos nas secretarias e nos órgãos de governo.

Como a prefeitura organiza a comunicação com a população hoje, especialmente com redes sociais e canais digitais?

O prefeito é um grande estimulador do uso das redes sociais em favor das pessoas dentro da prefeitura. Hoje, a prefeitura tem uma rede, o @prefpoa, com mais de 300 mil seguidores, e também há as secretarias de ponta com as suas próprias redes.

Isso aumenta a responsabilidade porque, nas redes das secretarias de ponta, existe autonomia do gestor de comunicação daquela secretaria — rede social exige celeridade e agilidade. Ela não pode ficar presa a um rito de jornalismo editorial, que tende a ser mais moroso, ainda que mais aprofundado. Rede é dinâmica e rápida.

Além do relacionamento com a imprensa, do conteúdo editorial e do portal da prefeitura, existe atuação em redes sociais, publicidade, mídia exterior, campanhas de rádio, TV, jornal e online. Há também uma plataforma que não está sob a Secretaria de Comunicação, mas sob a Secretaria de Transparência: o 156. Ali se resolve muita coisa. A ferramenta pode ser acessada pelo celular, pelo aplicativo do 156 e pelo WhatsApp do 156. Ela se tornou uma porta de acesso para o cidadão conversar com a prefeitura.

E há o próprio prefeito com a rede social dele: as pessoas reclamam, elogiam, criticam, e a resposta é sempre dada — com responsabilidade, respeito, sem ofensas e sem palavras de baixo calão.

O que está em jogo no Plano Diretor Urbano Sustentável e por que ele costuma gerar debate?

Toda revisão de plano é complexa. O plano precisa ser revisado a cada dez anos e deveria ter sido revisado no período da pandemia. O secretário Germano, atual secretário de Meio Ambiente, já vinha do governo anterior, do governo Marchezan, e liderava esse processo antes mesmo do nosso governo.

A pandemia mudou o jeito de consumir, a mobilidade e a forma de trabalhar. Antes da pandemia, pouca gente imaginava a força do home office. A cidade passou a se movimentar de outro modo. As pessoas passaram a consumir mais por aplicativos de alimentação, a receber em casa, a fazer compras de mercado pelo celular.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



> Quando se pensa urbanisticamente, pensa-se em condições concretas de vida na cidade: reduzir tempo no trânsito, reduzir emissões ou mitigar gases de efeito estufa, ativar fachadas, estimular empreendimentos e comércios, qualificar a Orla

Isso muda o funcionamento da cidade. Talvez, se a revisão tivesse sido concluída antes da pandemia, hoje já estivesse defasada.

Por um lado, essa coincidência permitiu revisitar premissas urbanas. A equipe do Germano, muito qualificada, retomou o trabalho no pós-pandemia e chegou a um projeto robusto, tecnicamente muito qualificado, alinhado às diretrizes do Estatuto das Cidades e seguindo modelos de cidades que vêm se reinventando ou são consolidadas urbanisticamente, como Curitiba, São Paulo e outras capitais.

O Plano Diretor é, como o prefeito gosta de dizer, a lei mais importante da cidade. Agora ele está na Câmara. É um processo difícil e complexo. O prefeito respeita muito as decisões do Legislativo; ele conhece o rito, já foi vereador e presidente da Casa duas vezes. Há desejo de que seja votado o quanto antes, porque isso antecipa a implementação das inovações previstas na lei, mas o tempo do Legislativo é o tempo do Legislativo. Existem aproximadamente 500 emendas para serem discutidas, então é um processo realmente complexo.

Foi feita uma campanha do Plano Diretor com o conceito “Um plano para viver melhor”. Quando se pensa urbanisticamente, pensa-se em condições concretas de vida na cidade: reduzir tempo no trânsito, reduzir emissões ou mitigar gases de efeito estufa, ativar fachadas, estimular empreendimentos e comércios, qualificar a Orla — tudo isso entra nessa lógica. O Plano Diretor tem robustez técnica, com trabalho qualificado da equipe da Secretaria de Meio Ambiente.

Como nasceu a campanha “Minha cidade é minha casa” e quais resultados já aparecem na rotina da cidade?

Desde o primeiro dia em que assumi a Secretaria de Comunicação, em julho



de 2021, o prefeito dizia que queria uma campanha de cuidados com a cidade. Em 2022, lançamos "A gente vive, a gente cuida". Foi uma campanha muito boa e acabou sendo o embrião da campanha atual.

A proposta era aproximar o cidadão do cuidado com a cidade, para que cada pessoa se reconheça como cuidadora de Porto Alegre. O prefeito sempre foi claro: não queria investir em publicidade para fazer propaganda de governo; queria investir em publicidade para conscientizar e educar sobre questões urbanas. O tema do lixo entrou com força, e não por acaso: separar adequadamente, não descartar onde não deve. Depois, o tema se desdobrou em trânsito: respeito, faixa de pedestre. Entraram também as praças e os prefeitos de praça, com papel fundamental.

Depois da reeleição, houve conversa com a agência e com o prefeito para atualizar a campanha: dar uma cara nova e trazer mais leveza para um assunto importante. Assim nasceu "Minha cidade é minha casa". É uma campanha leve, com humor — os resíduos do cachorrinho, o sofá, a pichação — e foi um trabalho muito bom, também com mérito da agência, que entendeu a evolução da primeira campanha para a segunda.

Já é possível notar resultados, especialmente no lixo, que é o tema mais sensível e mais fácil de medir. Dou dois exemplos. Pelos números que o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) me passa, o Brasil separa algo na faixa de 2,5% a 3% do resíduo para reciclagem. Porto Alegre estava nessa faixa quando assumimos. Hoje, a cidade recicla 7% a 8%, num movimento de crescimento.

Nem todos os lugares têm essa estrutura, mas Porto Alegre tem coleta seletiva; a população pode consultar no site da prefeitura; há contêineres de resíduos recicláveis; descarte especial, como colchão, pode ser solicitado pelo 156 ou por ecoponto. A campanha ajudou na sensibilização, e o DMLU fez a parte dele na limpeza.

Outro número: quando assumimos, o DMLU havia identificado aproximadamente 400 focos de lixo — colchão em esquina, terreno baldio, comunidade. Hoje, esse número caiu para aproximadamente 180 focos. Ainda é muito, mas representa mais da metade de redução. E, nesses terrenos e áreas antes degradadas, o DMLU vai, recolhe, planta floreiras, às vezes coloca banco e transforma o espaço em área de convivência. É um trabalho que a campanha também ajuda a sustentar.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia


Agudo
Geoparque Quarta Colônia
unesco
No coração gaúcho, um lugar de oportunidades.
Agudo oferece o cenário ideal para quem quer empreender, turistar e viver bem.
Explore, descubra, encante-se!
Te esperamos!
agudo.rs.gov.br | 55 3265 1144 | gabinete@agudo.rs.gov.br

COMUNICAÇÃO PÚBLICA CONSISTENTE PARA RECONSTRUIR CONFIANÇA NA GESTÃO

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



ÍSIS VARGGAS
CEO da Iceberg Comunicação

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

A administração pública opera sob deveres claros: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios orientam a rotina de qualquer órgão, do planejamento ao pagamento, e impõem uma exigência prática: explicar decisões com critérios, etapas e limites, sem transformar o cidadão em plateia.

Confiança cresce quando a comunicação pública acompanha o ciclo real do serviço. A gestão define prioridade, registra a decisão, apresenta a base legal e orçamentária, descreve como a execução ocorre, informa como fiscaliza e mantém canais de retorno. Com esse encadeamento, a mensagem cumpre função de prestação de contas. Quando o encadeamento falha, ganham espaço fórmulas e promessas genéricas que já não sustentam credibilidade.

Comunicação pública tem objeto e finalidade próprios. Ela permite compreensão e controle social sobre atos, programas, obras, serviços e campanhas. O conteúdo precisa ser educativo, informativo ou de orientação social, com linguagem simples e impessoal, preservando dados pessoais e evitando promoção de autoridades. Esse padrão protege o interesse público e reduz o risco de personalização. Em períodos eleitorais, normas específicas restringem publicidade institucional e exigem cautela para separar informação de utilidade pública, promoção pessoal e comunicação eleitoral.

A consistência começa antes da postagem e termina depois do atendimento. Política pública se organiza por instrumentos: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, orçamento anual, programas setoriais, contratos, convênios e rotinas de execução. O cidadão tende a desconfiar quando vê anúncio sem trilha verificável. Essa trilha tem etapas objetivas: previsão no planejamento, compatibilidade orçamentária, processo de contratação, assinatura, fiscalização, medição, pagamento e entrega. Cada etapa tem documento, responsável, prazo e forma de controle, e pode ser comunicada em linguagem de serviço, sem slogans.

O uso de dados na gestão é necessário e legítimo, desde que não reduza pessoas a métricas. Indicadores orientam prioridades, apontam gargalos e permitem correção. A comunicação perde função pública quando o número vira substituto de escuta e quando a linguagem trata o cidadão como alvo de engajamento. Serviços públicos dependem de cooperação: a população precisa saber onde buscar atendimento, qual canal usar, quais documentos levar, quais prazos esperar e como contestar uma resposta. Sem informação estável, o custo recai em fila, retrabalho, judicialização e desconfiança.

Há um componente federativo que também precisa aparecer com clareza. Muitas políticas são executadas no município, organizadas em redes regionais e financiadas por transferências que envolvem União, estados e municípios. A coordenação ocorre por normas nacionais, pactuações e sistemas de registro, com responsabilidades distribuídas por cada esfera. Quando um serviço falha ou demora, as causas podem estar no desenho do fluxo, na contratação, na logística, na regulação, na capacidade de investimento, na manutenção e no cumprimento de rotinas de regulação, auditoria e controle.

Esse padrão exige rotinas. Portal de transparência atualizado, diário oficial acessível, atendimento a pedidos de informação dentro de prazo legal, ouvidoria com resposta rastreável, agendas públicas de consultas e audiências, atas e relatórios em linguagem compreensível, e um mapa de processos para serviços essenciais. Em áreas como saúde, educação, assistência social e infraestrutura, conselhos e instâncias de participação ajudam a acompanhar prioridades e ampliar a escuta com retorno, quando a política setorial prevê participação social.

O efeito mais visível de uma comunicação pública consistente aparece na relação cotidiana com o serviço. Informações claras diminuem boatos, evitam deslocamentos desnecessários, reduzem judicialização e melhoram a previsibilidade do orçamento. Também elevam a qualidade da disputa eleitoral, porque a conversa pública passa a se ancorar em decisões formalizadas, em execução e em resultados institucionalmente registráveis.

> “Confiança cresce quando a comunicação pública acompanha o ciclo real do serviço”

A construção de vínculo com o cidadão pede três compromissos de gestão. Primeiro, coerência: comunicar apenas o que está decidido e formalizado, distinguindo intenção, planejamento, contratação, execução em andamento e entrega. Segundo, impessoalidade: comunicar ações e critérios do órgão, preservando foco no serviço e evitando personalização. Terceiro, continuidade: manter a mesma régua de publicação em meses comuns, com rotina de atualização e resposta.

Política pública depende de escolhas e de limites. Orçamento é finito, contratação tem rito, fiscalização exige equipe, e a execução convive com imprevisibilidades. A comunicação que respeita o cidadão organiza esses limites em informação verificável, com critérios de prioridade e caminhos de acompanhamento. Esse padrão melhora a capacidade de decisão coletiva e amplia a confiança no serviço, mesmo quando há discordância sobre prioridades.

A confiança se sustenta por previsibilidade do serviço e clareza sobre como a administração decide. Quando a gestão publica critérios, explica etapas, presta contas e responde, políticas públicas ganham ambiente mais estável para planejar, contratar, fiscalizar e entregar com consistência.

IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

VOLMIR RODRIGUES

O prefeito reeleito de Sapucaia do Sul reúne comunicação popular, execução de obras e articulação regional, hoje também está à frente do Consórcio Pró-Sinos, onde trata saneamento, resíduos e drenagem entre municípios

Edição: Lucio Vaz, com informações de Leandro Luz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência e Eduardo Lumertz

Rua Leão, em um acesso que organiza circulação local e deslocamentos para equipamentos públicos e áreas de visitação. O investimento informado para a obra foi de R$ 7 milhões, por convênio com o governo estadual, e o ato foi estruturado como contrato, ordem de serviço e anúncio público ao lado da comunidade. Como gesto político, a assinatura trata de um tema que costuma ser medido na calçada: a capacidade do Executivo de transformar demanda cotidiana em obra com prazo e fiscalização.

Nascido em 7 de maio de 1967, no distrito de Segredo, no interior de Sobradinho, Volmir vive em Sapucaia do Sul há 54 anos, com residência por 34 anos no bairro Pasqualini. Formou-se em Administração de Empresas e concluiu especialização em Gestão de Pessoas. No histórico institucional, constam passagem pelo Exército Brasileiro, como primeiro-tenente da reserva, experiência no setor privado na Duratex S.A. e um período de 18 anos como assessor na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ao lado dessa trajetória, ele manteve atuação comunitária e presença em rádio local, como apresentador do programa Agendão do Gordo na Rádio Equipe 87,9 FM, e registrou atividade empresarial em consultoria e no setor imobiliário por meio da VR Imóveis.

A primeira frente de sua atuação se apoia justamente nessa comunicação. Em vez de construir a gestão apenas a partir do gabinete, Volmir organiza visibilidade e escuta como parte do trabalho cotidiano. Isso tem efeitos práticos: encurta o caminho entre relato e prioridade, reduz o tempo de resposta política

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS
spo
FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

a problemas simples e cria pressão para que secretarias convertam pedidos em rotinas de atendimento, cronogramas e prestação de contas. Um governo que escolhe esse caminho também precisa administrar riscos: promessas feitas no calor do contato direto aumentam a cobrança por entrega e podem deslocar energia para temas de curto prazo, exigindo método para que o essencial não perca espaço na agenda.

Essa base aparece de forma objetiva nos resultados eleitorais e ajuda a explicar o peso local do prefeito. Em 2020, Volmir foi eleito com 32.341 votos, registrados como 51,99% dos votos válidos. Em 2024, foi reeleito com 44.924 votos e 68,09% dos votos válidos. Para um executivo municipal, essa vantagem não opera como autorização irrestrita, mas amplia capacidade de ordenar prioridades e sustentar decisões que exigem tempo de maturação, como reorganização administrativa, revisão de processos internos, regras de fiscalização mais rígidas e acordos de cooperação que dependem de mais de um ente público.

Antes da prefeitura, Volmir já havia construído lastro político na Câmara Municipal. Em 2012, foi o vereador mais votado de Sapucaia do Sul, com 2.465 votos. Em 2016, disputou a prefeitura e obteve 21.514 votos, ficando em terceiro lugar. Esse percurso ajuda a entender uma característica recorrente em sua atuação: atenção ao detalhe do bairro, típica de quem se forma na política de base, combinada a uma busca por escala, exigida de quem assume a chefia do Executivo e passa a responder por orçamento anual, rede de serviços e contratos de alto impacto.

A segunda frente é a execução, com foco em infraestrutura urbana. A rotina de uma cidade é atravessada por pavimentação, drenagem e manutenção porque essas frentes afetam mobilidade, transporte público, acesso de serviços e segurança viária, além de incidirem sobre custos de con-



REFERÊNCIA ESTADUAL
Volmir Rodrigues é homenageado na Assembleia Legislativa do RS, por toda sua contribuição à sociedade gaúcha. Na foto, com o amigo e deputado estadual, Issur Koch. No currículo, além de ser o vereador mais votado em Sapucaia do Sul, os altos números na reeleição e aprovação do segundo mandato de prefeito. Ele também ocupa a presidência do poderoso Consórcio Pró-Sinos

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



servação do patrimônio público. Em Sapucaia do Sul, a prefeitura divulga um programa municipal de asfaltamento chamado PavimentAÇÃO, descrito como dividido em fases e associado a listas de ruas atendidas em cada etapa. Em paralelo, obras de pavimentação intertravada e drenagem também entram como parte de intervenções em loteamentos, com metas de alcance territorial e impacto sobre famílias atendidas.

A assinatura da ordem de serviço da Estrada do Zoológico, com dois quilômetros e R$ 7 milhões, funciona como exemplo de como essa frente se materializa: obra viária com recorte preciso, custo declarado, rito formal e execução contratada. Na prática, esse tipo de decisão tende a concentrar critérios bem definidos: impacto sobre circulação, custo de manutenção futura, necessidade de drenagem associada, adequação de sinalização e capacidade de acompanhar a execução em campo. Um prefeito que aposta em obras com visibilidade também assume um compromisso adicional: separar anúncio e entrega por etapas administrativas claras, evitar improvisos de cronograma e sustentar fiscalização para que o resultado final corresponda ao que foi contratado.

O conjunto dessas ações ajuda a sustentar a dimensão política que se consolidou com a reeleição. Em cidades da Região Metropolitana, obras viárias e drenagem têm efeito administrativo além do território: quando pontos críticos deixam de absorver energia diária de equipes, a prefeitura ganha fôlego para outras agendas e para a coordenação entre secretarias. O governo municipal também passa a ter crédito político para exigir desempenho de prestadores de serviço, manter padrão de fiscalização e negociar repasses e convênios em condições mais favoráveis, desde que consiga preservar a disciplina de execução e prestação de contas.

A terceira frente, que amplia seu alcance para além do município, se estrutura no Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, o Pró-Sinos. Em 10 de dezembro de 2024, Volmir foi reconduzido à presidência do consórcio para o biênio 2025-2026, e a própria entidade registra que reúne 26 municípios consorciados. A posição o coloca como coordenador de uma mesa interfederativa em que prefeitos discutem e formalizam decisões para temas que raramente se resolvem dentro de um único território. O

LE BERG
IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES



FAMÍLIA SAPUCAIA DO SUL
Um dos poucos prefeitos a ser reconhecido pela segunda vez, como um dos melhores do RS, no Troféu Mérito Prefeitos Em Evidência, promovido pela Revista Em Evidência, Volmir Rodrigues, faz questão de dividir o mérito com colaboradores e familiares. O prefeito reeleito de Sapucaia do Sul é casado com a psicopedagoga Maria da Glória, e tem três filhos: Luís Gabriel, Vitor Mateus e Marcus Vinícius

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



Pró- Sinos se define como associação pública de natureza autárquica e descreve sua função como integrar e fortalecer municípios por meio de suporte técnico, administrativo e financeiro em saneamento básico e gestão ambiental. Nesse campo, saneamento básico envolve água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais, temas que exigem planejamento regional e padrões técnicos para que a solução de um município não desorganize o vizinho.

A rotina de uma cidade é atravessada por pavimentação, drenagem e manutenção porque essas frentes afetam mobilidade, transporte público, acesso de serviços e segurança viária, além de incidirem sobre custos de conservação do patrimônio público. Em Sapucaia do Sul, a prefeitura divulga um programa municipal de asfaltamento chamado PavimentAÇÃO, descrito como dividido em fases e associado a listas de ruas atendidas em cada etapa

A presidência de um consórcio desse porte exige repertório diferente do que se cobra na prefeitura. Há decisões colegiadas, regras internas, montagem de diretoria, condução de assembleias e negociação de consensos entre municípios com prioridades e capacidades distintas. Em temas como resíduos e drenagem, as soluções frequentemente pedem escala, padronização de requisitos, construção de diagnósticos e comparação de dados entre cidades. O consórcio também projeta uma visão de monitoramento de arroios e integração de informações geradas por diferentes instituições para apoiar a gestão municipal, o que aproxima o debate de prevenção e resposta a eventos críticos em bacias hidrográficas.

Essa posição regional impõe limites e responsabilidades. No município, o prefeito responde por orçamento anual, metas setoriais, contratos e equipe. No consórcio, o presidente não substitui a autonomia de cada prefeitura e não executa obras sozinho: a materialização depende de adesão, formalização, contratos e manutenção por parte dos entes consorciados e de seus órgãos competentes. O efeito político do cargo se mede por capacidade de criar agenda comum, manter coesão e transformar decisões em rotinas executáveis, respeitando regras de contratação, fiscalização e transparência.

A trajetória que sustenta essa operação em três frentes é menos um enredo pessoal do que um acúmulo de papéis coerentes. A experiência em comunicação produz presença pública e organiza escuta. A passagem por estruturas do Estado oferece familiaridade com trâmites e rotinas administrativas. A reeleição com ampla votação fornece base para sustentar escolhas de investimento e para negociar em escala regional. Em Sapucaia do Sul e no Rio Grande do Sul, a dimensão política de Volmir Rodrigues se revela nessa combinação: um prefeito que governa com contato direto, busca obra como evidência de gestão e ocupa, no Pró-Sinos, uma posição que exige coordenação técnica e pacto entre municípios.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

PRODUTIVIDADE PASSIVA

DANI BARCELLOS



ANDRÉIA FIORAVANTE
Advogada, Palestrante, Mentora de Mulheres
Criadora do Movimento Despertando Mulheres

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Em tempos de sobrecarga cognitiva, decisões complexas e competitividade global, a tradição da "produtividade ativa", aquela baseada em esforço ininterrupto e resposta reativa, não atende mais às demandas da alta liderança.

Surge então o conceito de "produtividade passiva", uma abordagem estratégica que redefine o modo como sistemas, rotinas e decisões sustentam o desempenho individual e organizacional.

Ao contrário da produtividade tradicional, que depende da energia, foco e esforço do indivíduo a cada momento, a produtividade passiva busca estruturar processos e ambientes de forma que resultados fluam com menos esforço consciente. Pode-se imaginar isso como a criação de mecanismos, métodos, sistemas, padrões, que, uma vez configurados, operam com constância e predição, liberando o capital cognitivo e energético do agente humano para tarefas de alto impacto estratégico.

Mas afinal, o que é a produtividade passiva? É a prática de criar estruturas de trabalho que exigem contribuição ativa mínima para manter resultados consistentes. Pode incluir rotinas automatizadas, checklists inteligentes, acordos pré-definidos, processos simples e sistemas que reduzam decisões repetitivas e improvisações diárias.

Ao investir tempo e atenção na criação desses sistemas, o profissional reduz a necessidade de esforço constante para produzir resultados.

Esse modelo está em alinhamento com princípios amplamente estudados na psicologia cognitiva: o cérebro humano é um "cognitive miser", ou seja, tende a economizar esforço mental sempre que possível, buscando atalhos cognitivos em vez de esforços prolongados de processamento complexo.

No universo político, jurídico e empresarial, os desafios diários exigem que indivíduos e organizações mantenham alto nível de desempenho sob pressão contínua. E para isso, a produtividade passiva atua como uma válvula de segurança, ao antecipar decisões rotineiras, padronizar respostas e estruturar workflows inteligentes, ela libera energia mental para decisões que realmente importam.

Estudos sobre design de processos organizacionais e carga cognitiva mostram que reduzir o esforço mental desnecessário melhora a clareza, a capacidade de julgamento e o bem-estar no ambiente de trabalho.

Em outras palavras, eliminar a "decisão repetida" permite que líderes preservem sua atenção para o que é distintivo, estratégia, negociação, inovação e governança.

Em vez de improvisar, repetir decisões ou reinventar a roda, líderes podem codificar práticas recorrentes que constrói produtividade passiva, como checklists, templates, listas e modelos prontos, hábitos que reduzem a fadiga decisória e potencializa consistência operacional.

Outro exemplo que facilita o dia a dia, são sistemas antecipados, pois ao desenhar processos claros (como fluxos de aprovação, escalonamentos de decisões e sistemas de resposta automática a eventos rotineiros), instituições conseguem manter desempenho mesmo sob pressão.

Padronização inteligente, políticas internas, playbooks de crise e acordos de atuação predefinidos reduzem a necessidade de improviso e promovem previsibilidade e equidade de ação.

Essa lógica é similar à ideia que guia técnicas consagradas em produtividade pessoal, como o time blocking (bloqueio de tempo dedicado a tipos específicos de tarefas) que visa reduzir interrupções e manter foco contínuo em blocos de trabalho significativos.

> "Produtividade passiva não é sobre trabalhar menos, é sobre trabalhar com mais inteligência, previsibilidade e constância."

Organizações que adotam produtividade passiva ganham em: estabilidade operacional: menos vulnerabilidade a ausências ou crises individuais; escalabilidade de desempenho: processos claros respondem a demandas crescentes sem perda de qualidade; e bem-estar organizacional: redução de estresse e fadiga cognitiva de colaboradores e líderes.

Em um mundo de volatilidade e complexidade, quem estruturou sistemas ganha consistência; quem improvisa consome energia vital em cada decisão.

Produtividade passiva não é sobre trabalhar menos, é sobre trabalhar com mais inteligência, previsibilidade e constância.

Para políticos, advogados e empresários, essa abordagem significa menos desgaste com operações e mais capacidade para liderar, decidir e inovar.

Na economia do século XXI, a vantagem competitiva se dará menos pela intensidade de esforço e mais pela eficácia estruturada.

Especialista em Transformação de Vidas
@andreia.fioravante

JORNALISMO EM TEMPO REAL COM FORMAÇÃO E RESPONSABILIDADE PÚBLICA

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



JULIO MENEZES JR.
Dirigente na Área Administrativa e Institucional da AELBRA/ULBRA

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

A gestão pública, a segurança e a vida comunitária mudaram de ritmo. A informação que orienta decisões deixou de circular apenas em horários fixos e passou a ser demandada em fluxo contínuo. Esse ambiente colocou pressão sobre universidades e veículos para formar profissionais capazes de produzir conteúdo em tempo real sem abandonar apuração, contexto e responsabilidade.

Drones, transmissões ao vivo e plataformas de distribuição ampliam a capacidade de registrar e mostrar fatos. O núcleo do trabalho jornalístico permanece ligado a critérios: checagem, linguagem precisa, respeito a direitos e compreensão de competências do poder público. A tecnologia reorganiza rotinas, encurta o caminho entre o acontecimento e o público, e exige disciplina institucional para reduzir ruído, evitar exposição indevida e conter conclusões apressadas.

Quando a comunicação se torna parte da rotina administrativa de uma instituição, o tema deixa de ser apenas compra de equipamento. Entra governança. Há necessidade de fluxos definidos para pauta, autorização, registro, guarda de material bruto, revisão e publicação. Há necessidade de protocolos para situações sensíveis, como operações policiais, atendimento em saúde, acidentes e cobertura envolvendo crianças e adolescentes. A consequência prática é que o ambiente de aprendizagem precisa operar com regras de redação profissional, supervisão editorial e responsabilidade jurídica compatíveis com a circulação pública do conteúdo.

Nesse cenário, a criação do Ulbra Play, lançado em dezembro de 2025 como um hub de comunicação, indica um modelo de organização voltado a padronização de processos e continuidade editorial. Ao concentrar produção e distribuição em um mesmo ambiente, a instituição consegue reduzir improviso e organizar etapas. Programas, entrevistas, séries, transmissões ao vivo e podcasts passam a seguir critérios comuns de preparação, gravação, checagem, edição e publicação. A proposta do hub, apresentada publicamente, inclui a reunião de estruturas como a Ulbra TV e a Rádio MIX 107.1 FM, além de outras frentes institucionais de conteúdo e distribuição.

A retomada do nome Ulbra TV, formalizada em 2025, associou-se a um movimento de reposicionamento institucional e de renovação de programação no mesmo período. Marca e credibilidade funcionam como contrato de confiança. Quando o público identifica a origem do conteúdo, ele consegue exigir padrão, cobrar correção e compreender o papel institucional de quem publica. Esse vínculo melhora o ambiente de prestação de contas, sobretudo quando o conteúdo trata de temas que pedem prudência, como segurança pública, serviços essenciais, conflitos locais e ações administrativas de impacto direto na vida das pessoas.

O uso de drones como ferramenta de cobertura jornalística, especialmente em notícias policiais, exige cuidado redobrado. A adoção de um quadro anunciado como Drone Cop, com operação de drone em contexto jornalístico, exemplifica como o recurso amplia ângulos de registro e pode ajudar o público a entender deslocamentos, cercos e áreas de risco. Esse mesmo recurso aumenta o risco de registrar pessoas em vulnerabilidade, expor rotinas operacionais sensíveis ou produzir identificação indevida. Gestão responsável exige critérios de privacidade, distância adequada, respeito a vítimas e coordenação com autoridades quando houver risco à segurança de operações.

Há também um ponto de competência que não pode ser embaralhado. Instituição de ensino não substitui órgãos públicos e não executa políticas de segurança ou de saúde. O papel é formar profissionais, promover pesquisa aplicada e organizar práticas de comunicação que compreendem como cada esfera atua. O município organiza parte significativa dos serviços próximos do cidadão e mantém rotinas de comunicação pública local. O Estado coordena forças de segurança e redes regionais. A União define diretrizes nacionais, regula setores e estrutura financiamentos e programas conforme regras próprias. Esse entendimento protege o conteúdo contra confusões entre divulgação institucional, cobertura jornalística e execução de política pública.

> “A retomada do nome Ulbra TV, formalizada em 2025, associou-se a um movimento de reposicionamento institucional e de renovação de programação no mesmo período”

A tecnologia traz ainda um desafio de correção e memória. Transmissões e conteúdos digitais exigem arquivamento, capacidade de retificar informação com rapidez e rotinas claras de preservação do material. Em termos práticos, a instituição precisa prever procedimentos para corrigir erros factuais, publicar esclarecimentos e manter histórico de versões quando necessário, dentro das regras editoriais e legais aplicáveis. Credibilidade se preserva com correção objetiva, linguagem contida e reparo proporcional ao erro.

O efeito concreto de uma estratégia institucional bem governada aparece no resultado de formação e, na prática, editorial: profissionais que dominam ferramentas e, ao mesmo tempo, operam critérios de apuração, edição e publicação com atenção a direitos, responsabilidades e às competências de cada ente público quando o assunto envolve gestão. Com governança, a tecnologia amplia a capacidade de registrar e distribuir fatos sem reduzir o padrão de verificação que sustenta a confiança pública.

CONSULTÓRIO DIGITAL NO CAMPO

Projeto de acesso a consultas e diagnósticos de saúde para pessoas que vivem em áreas rurais



Consultórios Digitais com aferição de sinais vitais, exames específicos e videoconferência, médicos da família e especialistas.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Conheça a ASMURC









A Região Carbonífera, no Centro-Sul gaúcho, conecta municípios às margens do Jacuí e aos eixos BR-290/BR-116, combinando vocação industrial, serviços e produção rural. Nesse território, a ASMURC — Associação dos Municípios da Região Carbonífera, fundada em 1989 e sediada em São Jerônimo — funciona como mesa permanente de articulação entre prefeituras, alinhando prioridades, apoiando projetos intermunicipais e representando a região junto à Famurs e a órgãos estaduais e federais. Suas assembleias reúnem gestores e instituições locais para tratar de infraestrutura, mobilidade, desenvolvimento econômico, educação, proteção ambiental e resposta a emergências. Com composição aberta e dinâmica, a entidade vem incorporando novos integrantes conforme a agenda regional evolui.

COOPERAÇÃO REGIONAL PARA DIVERSIFICAR ECONOMIA E QUALIFICAR INVESTIMENTOS PÚBLICOS

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



JÚLIO CESAR PRATES CUNHA
Prefeito de São Jerônimo e Presidente da ASMURC

Uma associação municipal existe para organizar interesses comuns e entregar soluções que cabem no orçamento, nos prazos e na lei. Na Região Carbonífera, essa missão fica ainda mais clara quando a agenda pública envolve transição produtiva, atração de investimentos e infraestrutura de circulação. O ponto central é a cooperação intermunicipal funcionar como base de projetos e decisões técnicas, capaz de orientar prioridades e reduzir o custo de implementação.

A economia regional tem raízes na cadeia do carvão e em atividades industriais e logísticas conectadas a ela. Esse histórico construiu competências, empregos e arrecadação, e pede planejamento para ampliar matrizes produtivas ao longo do tempo. Diversificação, na prática, significa criar condições para novos negócios se instalarem e permanecerem, com regras claras de uso do solo, licenciamentos bem conduzidos, segurança jurídica e formação profissional alinhada às oportunidades.

Nesse ponto, a Associação dos Municípios da Região Carbonífera, ASMURC, tem capacidade para operar como escritório técnico compartilhado. A estrutura pode concentrar engenharia, arquitetura urbana, modelagens de consórcios e apoio na captação de recursos. Projetos executivos completos reduzem retrabalho, dão objetividade a licitações, facilitam a fiscalização e encurtam o caminho entre a decisão e a entrega. Quando o projeto chega frágil, o atraso tende a recair sobre equipes pequenas, sobre contratações emergenciais e sobre serviços interrompidos.

Para esse modelo funcionar, governança precisa ser explícita. Um conselho técnico com representantes dos municípios, regras de priorização e calendário de entregas evita que a pauta se perca em urgências semanais. A escolha de projetos deve considerar impacto regional, custo de manutenção, licenças necessárias, capacidade de execução e fontes prováveis de financiamento. Com isso, cada município sabe o que entra primeiro, o que depende de convênio, o que exige licitação e o que precisa de ajustes regulatórios.

Também é essencial tratar corretamente as competências. O município responde por planejamento urbano, fiscalização local, serviços públicos e grande parte da infraestrutura dentro do perímetro urbano. O Estado e a União concentram instrumentos de maior escala, como rodovias federais, políticas setoriais, autorizações e investimentos estruturantes. A cooperação regional conecta essas camadas. Prepara projetos, harmoniza requisitos e organiza contrapartidas, para que a obra ou o programa chegue em condições de execução.

A proximidade com a Região Metropolitana também exige estratégia. Ela favorece acesso a mercados e serviços, e ao mesmo tempo cria pressão por deslocamentos diários para estudo, saúde e trabalho. Uma agenda regional bem organizada permite planejar serviços de referência, fortalecer a formação técnica e ampliar a oferta local de comércio e serviços, de forma compatível com a escala e com a capacidade financeira dos municípios.

Infraestrutura é onde a coordenação regional se traduz em ganho concreto para a população e para empresas. A BR-290 é um exemplo de corredor de carga e mobilidade que influencia tempo de viagem, segurança viária e custo de transporte. As hidrovias que conectam o Delta do Jacuí, o Guaíba e a Lagoa dos Patos também entram nessa conta, porque reduzem pressão sobre rodovias e ajudam no escoamento de produção. Nesses temas, a execução costuma estar em órgãos federais e estaduais; ao município cabe organizar acessos urbanos, compatibilizar planos diretores, preparar áreas e dar fluidez aos processos necessários para que obras avancem sem paradas administrativas.

Esse mesmo raciocínio vale para a transição econômica. Uma região com tradição energética e industrial pode abrir novas frentes sem perder o que já construiu. Isso passa por qualificar áreas para instalação de empresas, prever acessos, definir padrões de infraestrutura, acelerar trâmites com segurança jurídica e alinhar formação profissional com as necessidades do mercado. Quando a preparação é coordenada, a atração de investimentos deixa de depender de iniciativas isoladas e ganha consistência.

Um plano regional de diversificação precisa virar rotina de gestão, com metas compatíveis com a capacidade de cada cidade e com a realidade fiscal. Isso envolve priorizar cadeias com potencial de valor agregado, apoiar empreendimentos que gerem emprego formal e orientar investimentos públicos para infraestrutura que sustente atividade econômica. Turismo, serviços, tecnologia e agroindústria dependem de conectividade, formação, serviços urbanos e previsibilidade regulatória.

Consórcios e compras compartilhadas ajudam a reduzir custo e a elevar padrão em áreas em que a escala faz diferença, como resíduos, iluminação pública, aquisição de insumos de saúde, sistemas digitais e capacitação. A padronização de procedimentos também melhora a prestação de contas, porque facilita comparação, controle e correção de rumos.

Quando a região apresenta um portfólio de projetos prontos, com justificativas técnicas e etapas definidas, melhora sua posição de negociação e acelera resultados. Cooperação intermunicipal, aplicada com disciplina administrativa, fortalece a diversificação econômica, organiza a logística e aumenta a previsibilidade do serviço público, com benefício direto para quem vive e produz na região.

CONHEÇA A ASMURC

Associação dos Municípios da Região Carbonífera

DIRETORIA ASMURC 2026

PRESIDENTE



MUNICÍPIO
São Jerônimo

PREFEITO
Júlio César Prates Cunha

PARTIDO
PSD 55

VICE-PRESIDENTE



MUNICÍPIO
Butiá

PREFEITO
Jefferson Salatiel da Silva Vieira

PARTIDO
PSD 55

SECRETÁRIO



MUNICÍPIO
Arroio dos Ratos

PREFEITO
Darci Renato Feiten

PARTIDO
MDB

TESOUREIRO



MUNICÍPIO
General Câmara

PREFEITO
Marcio Pereira Brandão

PARTIDO
Progressistas 11

CONSELHO FISCAL

MEMBRO DO CONSELHO



MUNICÍPIO
Minas do Leão

PREFEITO
Silvia Maria Lasek Nunes

PARTIDO
Progressistas 11

MEMBRO DO CONSELHO



MUNICÍPIO
Barão do Triunfo

PREFEITO
Odone Kloppemburg

PARTIDO
Progressistas 11

MEMBRO DO CONSELHO



MUNICÍPIO
Vale Verde

PREFEITO
Ricardo Froemming

PARTIDO
MDB



SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Elimar Araújo

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

MUNICÍPIOS ASMURC



MUNICÍPIO
Charqueadas

PREFEITO
Ricardo Machado Vargas

PARTIDO
Republicanos 10



MUNICÍPIO
Eldorado do Sul

PREFEITO
Juliana Dias Fagundes Carvalho

PARTIDO
PSD 55



MUNICÍPIO
Guaíba

PREFEITO
Marcelo Maranata

PARTIDO
PSDB



MUNICÍPIO
Taquari

PREFEITO
André Brito

PARTIDO
PDT



MUNICÍPIO
Triunfo

PREFEITO
Marcelo Essvein

PARTIDO
MDB

KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.
R. Minas Gerais, 143 - Niterói - Canoas/RS
Tel.: (51) 3475-2666 - 9958-0099 | kaysermaq@kaysermaq.com.br
www.kaysermaq.com.br

EM EVIDÊNCIA NA TV
Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença nos negócios e na política do RS.
Todos os domingos, a partir das 17h30min
Inscreva-se no nosso canal no YouTube! Acesse pelo QR Code ou busque por @RevistaEmEvidencia
Assista: YouTube MASPER TV

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

PREVENÇÃO PENAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: O PAPEL ESTRATÉGICO DA ADVOCACIA CRIMINAL

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



MATEUS MARQUES
Advogado Criminalista, Doutor em Direito e Professor de Processo Penal

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

A expansão do Direito Penal sobre a atividade administrativa redesenhou, de forma definitiva, o ambiente de gestão pública no Brasil. Atos que antes eram examinados predominantemente sob critérios administrativos, técnicos ou políticos passaram a ser revisitados, com frequência crescente, à luz de possíveis repercussões penais. Nesse novo cenário, a advocacia criminal deixa de ocupar um espaço meramente reativo para assumir função estratégica na prevenção de riscos institucionais e na proteção da própria governabilidade.

Para ilustrar esse fenômeno, basta pensar em situações corriqueiras da Administração Pública: a contratação emergencial de um serviço essencial diante da insuficiência de tempo hábil para um procedimento licitatório completo; a assinatura de um parecer técnico baseado em informações fornecidas por setores distintos; ou mesmo a priorização orçamentária de determinada política pública em detrimento de outra. Decisões legítimas, tomadas sob pressão institucional e com base em critérios técnicos, não raramente são analisadas posteriormente fora de seu contexto original, dando ensejo a questionamentos de natureza penal. É justamente nesse intervalo entre a decisão administrativa e sua releitura retrospectiva que o risco jurídico se instala.

A atuação estatal contemporânea ocorre em um ambiente de intensa fiscalização, fortalecimento dos órgãos de controle e ampliação de tipos penais relacionados à Administração Pública. A consequência direta desse movimento é a transformação da função pública em um campo de elevada exposição jurídica, no qual decisões legítimas — muitas vezes necessárias e urgentes — podem ser reinterpretadas como condutas criminosas. A gestão pública, hoje, não pode prescindir de uma leitura penal preventiva e estratégica.

É nesse contexto que o compliance público ganha contornos mais complexos e sofisticados. Não se trata apenas da adoção formal de códigos de ética ou manuais de conduta, mas da construção de uma cultura institucional orientada pela legalidade, pela previsibilidade e pela gestão consciente de riscos penais — e, por que não dizer, pelo exercício do bom senso administrativo. A advocacia criminal preventiva atua justamente nesse ponto sensível: identifica vulnerabilidades, antecipa cenários de responsabilização e orienta gestores e servidores sobre os limites jurídicos de sua atuação, sem paralisar a máquina pública.

A abordagem preventiva exige conhecimento técnico aprofundado do Direito Penal e Processual Penal aplicados à Administração Pública, aliado à compreensão prática do funcionamento da máquina estatal. A análise de fluxos decisórios, a revisão de procedimentos internos, a emissão de pareceres preventivos e a realização de treinamentos específicos são instrumentos capazes de reduzir significativamente a exposição penal de agentes públicos e da própria instituição.

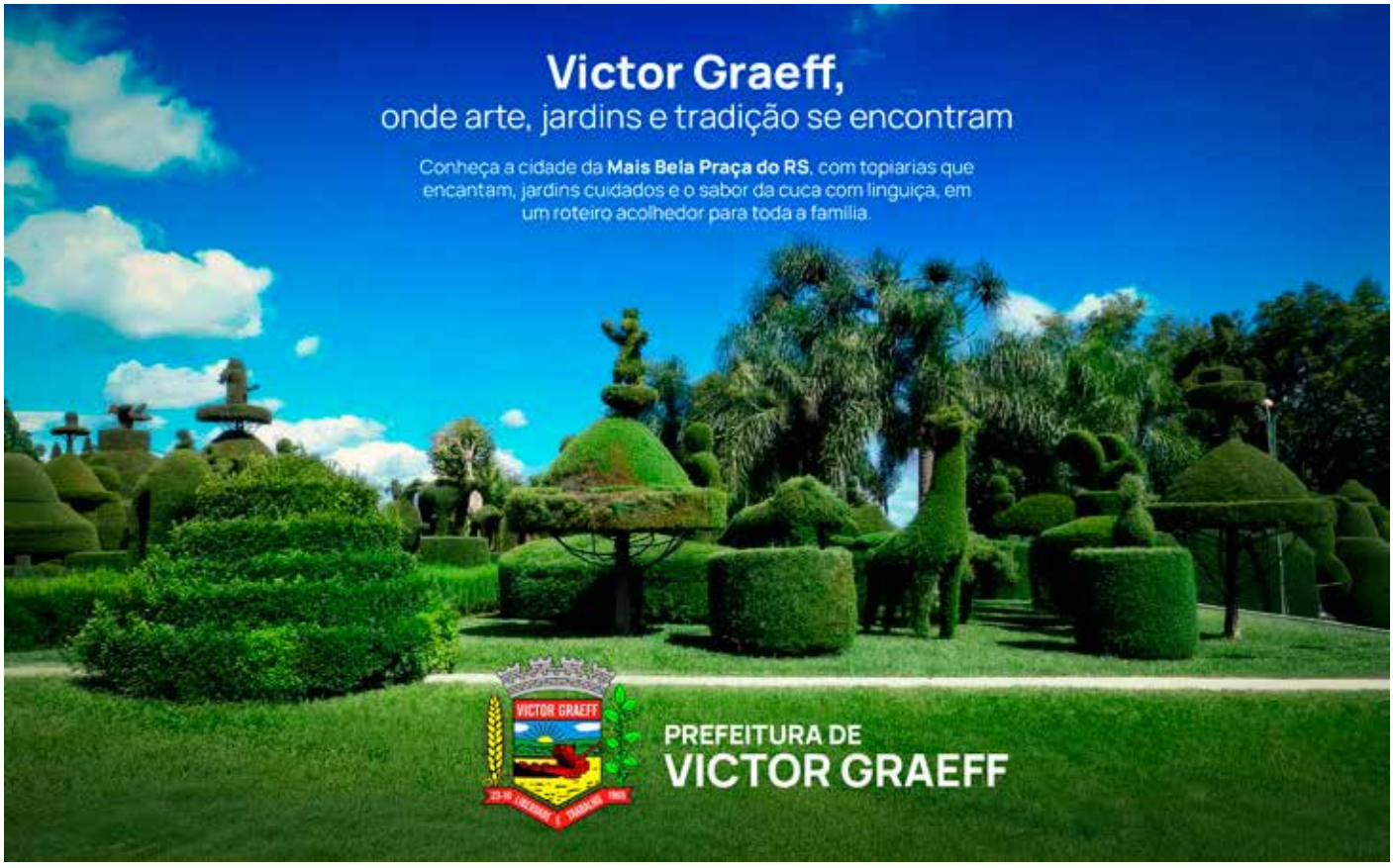
Um dos maiores equívocos ainda presentes no imaginário administrativo é a crença de que apenas condutas marcadas por dolo ou corrupção deliberada atraem a tutela penal. A realidade demonstra o contrário. Falhas formais, interpretações normativas controvertidas, decisões tomadas sob pressão política ou orçamentária e até omissões administrativas podem dar ensejo a investigações criminais prolongadas e profundamente desgastantes. A advocacia criminal preventiva atua exatamente nesse espaço de incerteza, oferecendo segurança jurídica antes que o conflito se instaure.

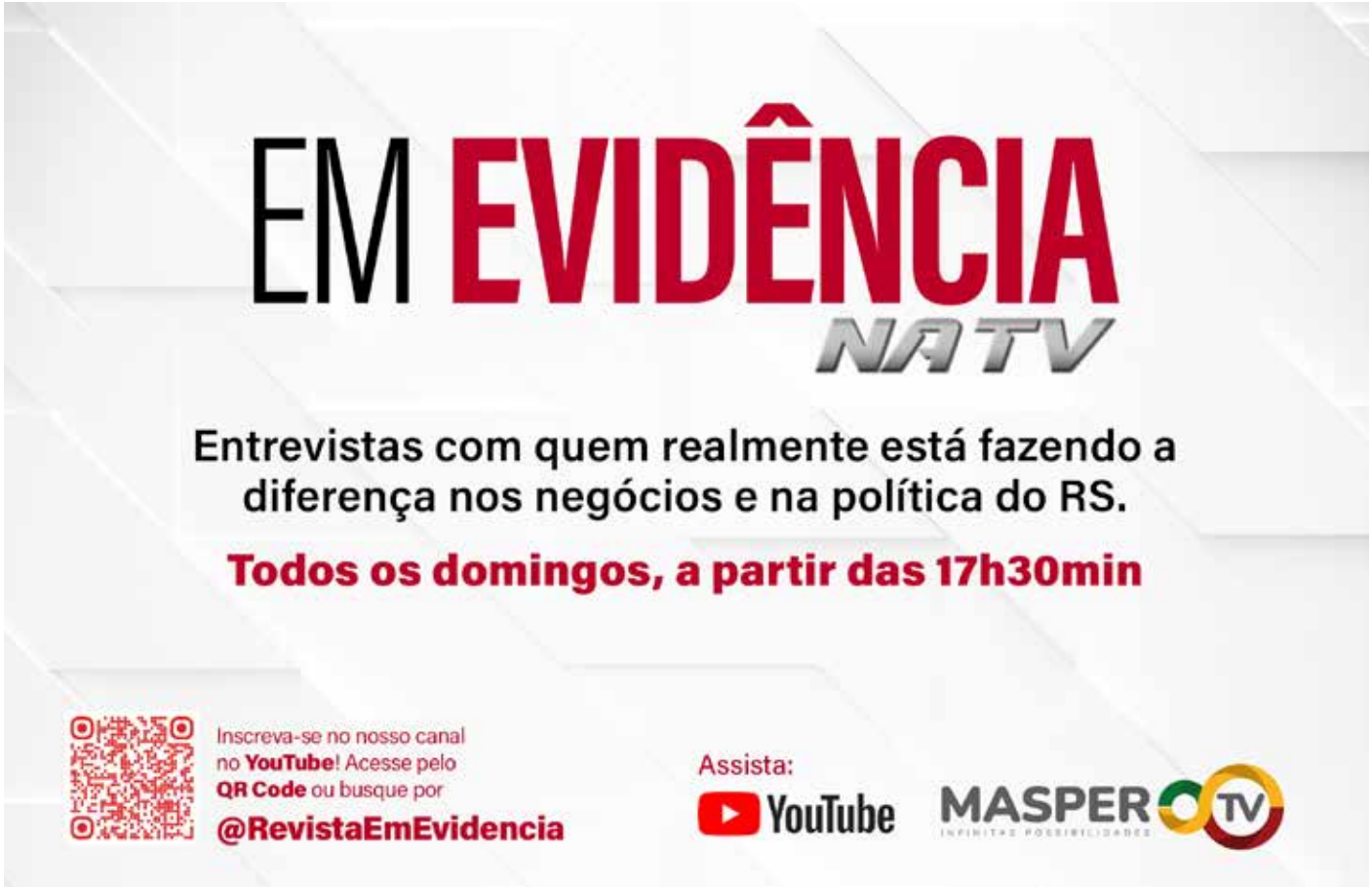
Além disso, a prevenção penal contribui para a racionalização da gestão pública. Servidores capacitados tendem a documentar melhor seus atos, compreender o impacto jurídico de suas decisões e atuar com maior responsabilidade institucional. Isso fortalece a transparência, preserva a imagem institucional e — aspecto essencial — aumenta a credibilidade do cidadão na Administração Pública, elemento indispensável para que a gestão pública possa efetivamente entregar soluções concretas às demandas sociais. Ao mesmo tempo, reduz custos políticos, administrativos e humanos decorrentes de investigações criminais.

> “Falhas formais, interpretações normativas controvertidas, decisões tomadas sob pressão política ou orçamentária e até omissões administrativas podem dar ensejo a investigações criminais prolongadas e profundamente desgastantes”

Em tempos nos quais o Direito Penal é frequentemente utilizado como instrumento de controle da atividade administrativa, investir em compliance público com enfoque penal não representa burocratização ou engessamento da gestão. Ao contrário, trata-se de uma ferramenta moderna de governança, capaz de equilibrar eficiência administrativa, segurança jurídica e respeito às garantias fundamentais.

A advocacia criminal contemporânea, quando integrada à gestão pública, não atua contra o interesse coletivo. Atua a favor de uma Administração mais estável, responsável e juridicamente protegida. Prevenir, no campo penal, tornou-se uma das formas mais inteligentes de governar.


Victor Graeff,
onde arte, jardins e tradição se encontram
Conheça a cidade da **Mais Bela Praça do RS**, com topiarias que encantam, jardins cuidados e o sabor da cuca com linguiça, em um roteiro acolhedor para toda a família.
VICTOR GRAEFF
PREFEITURA DE
VICTOR GRAEFF


EM EVIDÊNCIA
NA TV
Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença nos negócios e na política do RS.
Todos os domingos, a partir das 17h30min
Inscreva-se no nosso canal no YouTube! Acesse pelo QR Code ou busque por
@RevistaEmEvidencia
Assista:
YouTube
MASPER TV

SINTERGS
spo
FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

EM EVIDÊNCIA NA TV

JÚLIO FEIDEN

CEO da SPO Tec

Entrevista: Cláudio Andrade
Edição: Lucio Vaz
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

O Programa Em Evidência na TV (aos domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 17h30 às 19h, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube), recebeu o empresário Júlio Feiden, CEO da SPO Tec, uma Startup, que já entregou mais de 200 soluções em oito países e que agora tem seu foco voltado também às prefeituras do Rio Grande do Sul. Como vitrine neste projeto, a empresa apresenta a Susi, uma ferramenta de inteligência artificial (IA) que promete zerar as filas nos postos de saúde e hospitais das cidades gaúchas. Confira a seguir, os melhores momentos dessa entrevista ou acesse o QR Code e assista na íntegra

Como surgiu a SPO e qual foi o caminho até a empresa ampliar o escopo de atuação?

A SPO nasceu em 2017, no interior do estado, em Tupandi. Desde então, a empresa vem trabalhando com indústrias, com foco importante no setor de manutenção dentro das plantas industriais. Esse trabalho acabou levando a SPO a atuar em diferentes lugares do Brasil e também fora do país.

Com o crescimento da SPO, surgiu a percepção de um gap e de uma oportunidade de mercado para levar essas tecnologias a outros setores. Em 2023, eu e meus sócios, Dalvan Rech e Odair Pianta, começamos a construir novas soluções para diferentes mercados. Sempre foi um objetivo da SPO fazer escuta, tanto com universidades quanto com municípios e empresários. Ao ouvir mais de perto as necessidades de outros setores, passamos a colaborar com universidades e com municípios, criando soluções que hoje se transformaram em um grupo, com mais de uma empresa — inclusive com quatro empresas — para entregar soluções em tecnologia, marca, cultura e dados.

Na prática, que tipo de trabalho a SPO realiza na indústria e em outros setores?

Na origem, a nossa atuação foi muito concentrada em manutenção dentro das indústrias, e isso nos levou a operar em diferentes lugares do Brasil e até fora do Brasil.

Na indústria, a empresa trabalha com manutenção e com inteligência artificial preditiva, para antecipar falhas de máquinas e planejar a manutenção antes da parada. Além disso, a empresa desenvolveu soluções para outros setores e, no setor público, estruturou um conjunto de soluções, com destaque para a Susi na saúde, além de outras frentes como agro e áreas ligadas à gestão financeira municipal, incluindo secretarias de Fazenda.

O que é a Susi e qual foi a necessidade que levou vocês a criarem essa solução?

A Susi nasceu de uma questão pessoal, inclusive minha, e em conversas com médicos e prefeitos percebemos que as faltas que existiam nas cidades — no SUS — eram muito agudas e relevantes.

De um lado, havia um médico disposto, sentado, pronto para atender, e o paciente acabava não conseguindo ir por diferentes motivos. Pesquisamos e vimos que existem milhares de razões para que essa consulta não aconteça. Do lado de fora, existe uma fila enorme de pessoas querendo ser atendidas.

A partir desse entendimento, conversando e trocando com profissionais do setor, vimos a oportunidade de eliminar essa fricção, reduzir as faltas e diminuir o absenteísmo.

Como a Susi funciona na prática, do aviso ao reagendamento?

Fizemos isso por meio de um agente de inteligência artificial. Como já trabalhávamos com inteligência artificial (AI), havia maturidade e experiência tecnológica. Criamos, dentro da nossa arquitetura própria, um agente que se conecta ao ERP, o sistema de gestão que o município usa, e também ao WhatsApp.

Com isso, esse agente verifica quando a pessoa tem consulta e, inicialmente, faz as notificações. Ele avisa o paciente. Até aí pode parecer simples, mas só isso já ajuda, porque vimos que muitas pessoas perdiam o papel da consulta, se perdiam no tempo, ou a consulta era para dali a 40 dias — e, nesse intervalo, a pessoa já tinha consultado antes e não precisava mais. Há muitos motivos.

Essa foi a primeira fase. Na segunda fase, incluímos a possibilidade de o agente fazer também o agendamento e o reagendamento. O paciente tem uma consulta, interage no WhatsApp e diz: “Não vou poder ir”. A Susi vai ao sistema, verifica nova disponibilidade de dia, horário e médico e faz o reagendamento de forma automática, sem interação humana.

Com essas duas fases, já há municípios premiados, que eliminaram fila de espera. E também há municípios com 30% a 40% de redução das faltas.

Além do reagendamento, vocês usam



> A Susi consegue identificar públicos específicos para cada campanha. Em vacinação de crianças, por exemplo, observa a carteira vacinal e conversa com os pais para fazer agendamento

a Susi para campanhas de saúde? O que ela consegue fazer nesse caso?

Com essas fases funcionando e trazendo resultados em municípios do estado e de fora, evoluímos para outras frentes, como campanhas. Trabalhamos campanhas de vacinação, Outubro Rosa, Novembro Azul e outras.

A Susi consegue identificar públicos específicos para cada campanha. Em vacinação de crianças, por exemplo, observa a carteira vacinal e conversa com os pais para fazer agendamento. Em Outubro Rosa, por exemplo, direciona para mulheres acima de 40 anos. Ela conversa com esse público e faz agendamento, reagendamento e a gestão para que, no final do dia, mais pessoas sejam atendidas, com menos faltas e menos filas.

De onde vem o nome "Susi" e como as pessoas reagem ao contato com a ferramenta?

O nome surgiu como uma brincadeira com SUS e IA. "SUSIA" ia ficar estranho, e acabamos batizando de Susi.

E surgem histórias bem legais. Como conseguimos deixar ela com empatia, há pessoas que mandam figurinhas e mandam abraços para a Susi.

Vocês identificaram um problema recorrente de cadastro desatualizado nos municípios. O que a Susi faz nessa parte?

Trabalhando com a Susi, percebemos uma demanda alta de atualização cadastral. As pessoas mudam de número, de bairro e de unidade de referência.

Criamos para que a Susi fizesse essa atualização cadastral. O município pode colocar QR Code em murais dos postos de saúde e UBSs, ou também em campanhas no digital. A pessoa lê o QR Code, interage com a Susi, e ela vai ao sistema de saúde do município e faz a atualização cadastral, sem precisar de interação humana.

A ideia é dar mais tempo para as equipes da Secretaria de Saúde atenderem bem as pessoas e deixar o trabalho repetitivo e burocrático com a tecnologia.

Vocês mencionaram que a Susi evolui continuamente. Além de agendamento e cadastro, como entram os dados para apoiar a decisão de gestão?

Temos conversas com municípios e também com hospitais. Inclusive, tivemos uma reunião com um grande hospital aqui de Porto Alegre, porque percebemos que essa dor aparece em cidades e se espalha para outros contextos.

A Susi evolui o tempo todo. Além de cadastro e agendamento, entregamos uma inteligência de dados. O gestor consegue interagir pelo WhatsApp dele e acessar dados que muitas vezes ficam concentrados em relatórios. Ele pode perguntar: "Quantas consultas tivemos hoje?", "Quantas faltas tivemos essa semana?", "O médico tal, quantos pacientes ele atendeu?", e assim por diante. Levamos para o WhatsApp os dados que existem dentro do sistema de gestão.

E isso não fica só no acesso ao número. Conseguimos mostrar padrões, como momentos em que a presença é menor e momentos em que a presença é maior, e com isso ajudar a ajustar a alocação e agenda para ter mais gente atendida, com decisão mais bem informada.

A implementação e a expansão da Susi aconteceram num período de enchentes e muita instabilidade. Isso afetou o trabalho?

A implementação e a expansão aconteceram nesse período delicado e, justamente em momentos assim, fica mais visível o valor de uma tecnologia bem aplicada. Quando alguém não consegue comparecer por um imprevisto, o aviso e o reagendamento permitem que outra pessoa use a vaga, o que ajuda a manter o atendimento andando quando a pressão sobre o sistema aumenta.

Vocês medem retorno financeiro para o município? Em quanto tempo a solução costuma se pagar?



Existe uma métrica de retorno e, nos casos já implantados, a economia gerada pela redução das faltas faz com que a solução se pague no primeiro ano, muitas vezes antes — com relatos de dez meses e, em alguns casos, seis meses. A ideia é que a solução não vire um peso adicional para o município, mas um alívio, porque recurso público é finito.

Como vocês conseguem atender municípios e instituições em escala? É um trabalho mais remoto ou envolve presença e demonstração?

Há participação em feiras e eventos dentro e fora do estado, mas a preferência é por conversa presencial, inclusive para mostrar a solução ao vivo no celular e permitir que o gestor interaja. Em alguns casos, são feitas

provas de conceito para demonstrar funcionamento, porque nem sempre, só na explicação, a pessoa consegue visualizar como é na prática.

Além do agendamento e do fluxo de consultas, vocês citaram uma frente ligada a lesões de pele e melanoma. Como essa proposta funciona?

Essa frente vem ao encontro de estudo e pesquisa para entender que esse é hoje o câncer com maior incidência a nível de Brasil e que o tratamento é extremamente caro, oneroso.

> “Criamos para que a Susi fizesse essa atualização cadastral. O município pode colocar QR Code em murais dos postos de saúde e UBSs, ou também em campanhas no digital. A pessoa lê o QR Code, interage com a Susi, e ela vai ao sistema de saúde do município e faz a atualização cadastral, sem precisar de interação humana”

A ideia é que a Susi, a partir da câmera do celular, faça a fotografia da lesão subcutânea e, a partir dessa foto, categorize a lesão no Protocolo de Manchester, em colorações, a partir da gravidade. E, dar prioridade àqueles em estado mais crítico, para que tenham atendimento antes.

A Susi não dá diagnóstico. Ela não dá veredito. Ela não diz “tem ou não tem”. Ela categoriza e passa esse protocolo ao médico. O médico faz uma segunda análise e prioriza os casos de maior gravidade.

A ideia é agilizar para que pessoas com maior risco tenham preferência. E o Brasil é um país com diversidade grande de tipos de pele, o que permite observar diferentes características no uso dessa solução.

Quando vocês falam em dados e saúde, entra uma preocupação direta com privacidade. Qual é o cuidado de vocês nesse ponto?

É importante falar disso. Nós nos preocupamos muito com a privacidade do usuário. As soluções estão em conformidade com a "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e os dados são o que chamamos de efêmeros.

Como se trata especialmente de saúde, esses dados nunca são e nunca serão compartilhados. Por isso é importante a SPO ter a sua própria inteligência artificial. A lógica é não compartilhar com soluções externas. Os dados não serão compartilhados com o exterior, mantendo a privacidade e o direito de quem usa.

A escolha por uma arquitetura própria também é para evitar que dados sensíveis — como informações de saúde e histórico de atendimento — circulem em ferramentas genéricas do mercado, preservando que o acesso fique restrito ao cliente contratante.

Além da SPO, quais outras empresas compõem o grupo e como elas se conectam entre si na entrega?

Dentro do grupo existem outras empresas além da SPO. Há uma empresa voltada à performance digital chamada Moinho Digital; um estúdio de branding e design chamado BD&Co; um braço de pesquisa chamado Atlantar Labs; e uma frente de cultura chamada Atlantar Culture. A proposta é integrar equipes com capacidades diferentes para, a partir de um problema concreto de município ou empresa, construir e entregar uma solução.

Grupo Atlantar
@somosatlantar
/company/atlantar
/somosatlantar

SPO Tecnologia
spotec.app
@spotecnologia
/company/spotecnologiaoficial
/spotecnologia

O que vocês projetam para 2026 na expansão da Susi e nas frentes de pesquisa?

A projeção é ampliar a Susi com mais funcionalidades, aumentar frentes de atuação e seguir implantando em mais municípios, com conversas já encaminhadas para 2026. Também há linhas de pesquisa em andamento, ligadas a universidades e grupos de pesquisa, para desenvolver novas frentes de triagem e apoio, com menção a estudos voltados a autismo e ISTs, condicionados a validações da Anvisa antes de levar para uso.

A solução é só para prefeituras ou também atende hospitais, consultórios e iniciativa privada? E o município pequeno também consegue usar?

A solução pode atender município, hospital, consultório e iniciativa privada, desde que haja integração com o sistema de gestão e o canal de comunicação. A aplicação não fica restrita a um porte: há municípios muito pequenos e também municípios grandes, e a adaptação ocorre conforme o contexto. Foram citados municípios de dois mil habitantes e também de 200 mil, com menção a caso de 38% de redução de faltas em município pequeno.

REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA E AUTONOMIA MUNICIPAL NO IBS

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



ALEXANDRE DIONELLO
Presidente da APMPA

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

A Emenda Constitucional 132, de 2023, reorganizou a tributação sobre o consumo ao instituir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo. A simplificação é um objetivo legítimo de Estado: reduz a multiplicidade de normas, diminui custo de conformidade e favorece um contencioso mais uniforme, com ganhos para contribuintes e para as administrações públicas.

A etapa decisiva se concentra na regulamentação por leis complementares e na governança do Comitê Gestor do IBS. É nesse conjunto de regras que se definem padrões operacionais, obrigações acessórias, mecanismos de fiscalização integrada, critérios de apuração e procedimentos de distribuição de receitas entre entes. A autonomia municipal, no novo arranjo, passa a depender de decisões compartilhadas sobre dados, prazos e fluxos de repasse, porque planejamento e execução de serviços exigem previsibilidade.

Municípios com administração tributária estruturada construíram rotinas para sustentar arrecadação regular do Imposto Sobre Serviços (ISS): cadastro atualizado, auditoria, cobrança, contencioso administrativo e coordenação com a execução fiscal. O IBS introduz um regime integrado, com processos comuns e com uma instância administrativa nacional responsável por organizar arrecadação, compensações e repartição. A Lei Complementar 214, de 2025, integra a primeira etapa da regulamentação ao tratar de normas gerais do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo, além de disciplinar aspectos de transição e de funcionamento inicial do sistema.

A Constituição atribui ao Comitê Gestor competências que alcançam o núcleo da previsibilidade fiscal. Entre elas estão editar normas gerais de aplicação do IBS em todo o território nacional, coordenar arrecadação, apuração e distribuição das receitas entre os entes federativos e decidir controvérsias administrativas para harmonizar a aplicação da legislação. Esse desenho coloca a governança no centro do pacto federativo, porque a mesma instância disciplina regra, dado e decisão administrativa.

A gestão municipal depende de receitas que cheguem com regularidade e com critérios compreensíveis. Prazos de repasse, forma de consolidação de informações, mecanismos de correção de divergências e transparência sobre bases apuradas determinam a qualidade do planejamento. Uma regra de distribuição pode ser tecnicamente adequada e ainda assim produzir instabilidade quando falta clareza sobre como cada etapa opera, como se registram créditos e débitos e como se tratam inconsistências cadastrais, divergências de enquadramento e conflitos de classificação de operações.

A regulamentação também define custo de adaptação. Padrões de escrituração, integrações com sistemas nacionais, modelos de declaração, rotinas de fiscalização compartilhada e procedimentos de conformidade e autorregularização exigem tecnologia, treinamento e reengenharia de processos. Municípios de diferentes portes enfrentam desafios distintos: alguns têm equipes e sistemas próprios; outros dependem de soluções consorciadas, convênios de cooperação e padronização de processos para cumprir obrigações, manter capacidade de controle e garantir atendimento adequado ao contribuinte.

Nesse cenário, a Advocacia Pública Municipal exerce uma função técnica de proteção do pacto constitucional de competências. A atuação inclui acompanhar projetos de lei complementar, identificar dispositivos com impacto sobre autonomia financeira, propor redações compatíveis com a Constituição e defender mecanismos de controle e prestação de contas. Inclui estruturar, em conjunto com as áreas fazendárias, procedimentos internos para auditoria, resposta a autos, organização de prova digital, gestão de prazos e contestação técnica no contencioso administrativo do IBS e da CBS.

A transição já tem marcos operacionais divulgados, com período de testes a partir de 1º de janeiro de 2026, voltado à validação de fluxos de informação e ao ajuste de sistemas. Essa fase exige planejamento: revisão cadastral, mapeamento de setores mais sensíveis, adequação de rotinas de fiscalização, definição de protocolos de interação com a administração do IBS e da CBS e comunicação clara com contribuintes sobre obrigações e prazos. Uma implantação bem conduzida reduz custo de conformidade, diminui litigiosidade e protege a continuidade de contratos e serviços.

> “A atuação inclui acompanhar projetos de lei complementar, identificar dispositivos com impacto sobre autonomia financeira, propor redações compatíveis com a Constituição e defender mecanismos de controle e prestação de contas”

O êxito do novo modelo, para os municípios, depende de instrumentos de governança capazes de combinar uniformidade e respeito a competências. Isso envolve representação equilibrada no Comitê Gestor, prestação de contas com dados acessíveis, critérios estáveis de distribuição, padronização que preserve a capacidade municipal de fiscalizar e canais administrativos eficazes para solução de controvérsias. A reforma abre uma oportunidade de modernização institucional. A regulamentação precisa traduzir esse objetivo em rotinas previsíveis, com regras claras e com segurança administrativa para sustentar, com estabilidade, a autonomia financeira e a capacidade de entrega no nível local.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

FAMURS E ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ALINHAM AGENDA CONJUNTA EM DEFESA DO MUNICIPALISMO

Peres definiu o municipalismo como eixo central de sua gestão, defendendo a revisão do pacto federativo e uma distribuição mais equilibrada do bolo tributário por parte da União

Secom Famurs



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

GUILHERME PEDROTTI



EM PROL DO MUNICPALISMO
A Famurs deve apresentar ao presidente da Assembleia uma lista de demandas prioritárias das prefeituras gaúchas e trabalhar na construção de um termo de cooperação com foco nos municípios, estruturando uma atuação conjunta para qualificar o diálogo institucional e viabilizar soluções concretas para os principais desafios do municipalismo

A presidente da Famurs e prefeita de Nonoai, Adriane Perin de Oliveira, reuniu-se, no dia 5 de fevereiro, com o novo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Sergio Peres, para tratar de pautas de interesse dos municípios e da relação institucional entre o Parlamento e as prefeituras.

Peres definiu o municipalismo como eixo central de sua gestão, defendendo a revisão do pacto federativo e uma distribuição mais equilibrada do bolo tributário por parte da União. A reunião, realizada no gabinete da Presidência da Assembleia, contou com a participação das equipes técnicas do Legislativo e da Famurs, com o objetivo de estabelecer uma articulação permanente e aprofundar a análise dos principais desafios estruturais que impactam os municípios do Rio Grande do Sul.

Durante o encontro, a presidente Adriane apresentou os pilares estratégicos de sua gestão à frente da Famurs e destacou avanços recentes, como a garantia de uma representação gaúcha no Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), considerado um espaço decisivo para a defesa dos interesses municipais no novo modelo tributário.

“Este é um momento de aproximação entre poderes. Os municípios passam a ter ainda mais voz e espaço no Legislativo estadual, com diálogo qualificado e cooperação técnica. A Famurs tem a missão de enfrentar os desafios comuns às administrações municipais e contribuir de forma propositiva para o fortalecimento da gestão local. Esperamos estabelecer uma parceria orientada por propósito e resultados”, afirmou a presidente.

A Famurs deve apresentar ao presidente da Assembleia uma lista de demandas prioritárias das prefeituras gaúchas e trabalhar na construção de um termo de cooperação com foco nos municípios, estruturando uma atuação conjunta para qualificar o diálogo institucional e viabilizar soluções concretas para os principais desafios do municipalismo.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PUBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

FAMURS EM MOVIMENTO

Em Osório, entidade debate impactos da Reforma Tributária sobre arrecadação dos municípios gaúchos

Secom Famurs

GUILHERME PEDROTTI



Atenta às regras de transição da Reforma Tributária, que já estão em vigor, a Famurs mobilizou prefeitos, vices e servidores dia 15 de janeiro, em Osório, para debater a capacitação de equipes técnicas e o impacto das alterações sobre as finanças municipais. A quarta edição da série de encontros Famurs em Movimento reuniu representantes das associações dos municípios de Turismo da Serra (Amserra), do Litoral Norte (Amlinorte) e do Vale do Paranhana (Ampara), que abrangem 35 prefeituras gaúchas.

Um dos pontos estratégicos previsto na regulamentação da Reforma Tributária é a criação do Comitê Gestor Provisório do IBS (art. 481, parágrafo 2°, na redação do art. 174 da LC n° 227/26), que ficará responsável por gerir os recursos do novo imposto que substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS). O colegiado terá 54 cadeiras, com 27 representantes de estados e 27 dos municípios.

O Comitê Gestor é considerado peça central para a divisão de receitas tributárias entre as prefeituras nos próximos anos, pois o grupo será responsável por definir as regras do Imposto Sobre Serviços (ISS) em todo o país. No caso das prefeituras, 14 assentos serão indicados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), enquanto os outros 13 serão definidos pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Durante o encontro, ficou definido que a Famurs irá trabalhar para que os 497

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



POR UMA ATUAÇÃO MAIS EFETIVA
Entidade buscará garantir a representação das 497 prefeituras gaúchas no Comitê Gestor do IBS, imposto que substituirá o ICMS e o ISS

municípios gaúchos tenham ao menos um representante no Comitê Gestor do IBS. A posição ainda deverá ser referendada pelos presidentes das 29 associações regionais. Em seguida, o pleito será encaminhado à CNM.

"Nós precisamos nos empenhar por essa vaga. Tenho certeza de que o presidente Paulo Ziulkoski será sensível ao nosso pleito. Temos capacidade técnica e vontade de representar os nossos municípios, e vamos reivindicar que as prefeituras do Rio Grande do Sul tenham um assento no Comitê Gestor", explica a presidente da Famurs, Adriane Perin de Oliveira.

"A Reforma Tributária já está valendo e é uma realidade. As prefeituras terão um volume imenso de informações para processar, e isso requer capacitação, uso de tecnologia e compreensão dos processos. A Famurs será parceira permanente dos municípios nessa caminhada", complementa.

PAUTAS-BOMBAS

Ao longo do encontro, realizado no Centro Universitário Cenecista de Osório, prefeitos e técnicos manifestaram preocupação com pautas-bombas já aprovadas ou ainda em discussão no Congresso Nacional. Uma delas é a Lei Complementar 226/2026, sancionada pelo governo federal na última segunda-feira (12), que prevê a autorização para pagamentos retroativos por anuênio, triênio, quinquênio e outras vantagens ao quadro de pessoal dos entes federativos que decretaram estado de calamidade pública durante a pandemia da Covid-19. Nas próximas semanas, a Famurs deve convocar uma assembleia para definir um posicionamento conjunto para os 497 municípios gaúchos.

Outras propostas preocupantes são o PLP 185/2024, que cria aposentadoria integral e paritária para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, o PL 1559/2021, que estabelece piso salarial para profissionais farmacêuticos, e o PL 2952/2025, que prevê a concessão de adicional de insalubridade a profissionais da educação escolar.

PRESENÇA INTENCIONAL: A COMUNICAÇÃO QUE FORMA OPINIÃO E CONSTRÓI RELEVÂNCIA

ACERVO PESSOAL



AMÁLIA FERREIRA
Mentora de Empreendedoras Digitais

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Vivemos em uma era em que a presença digital deixou de ser apenas uma opção para tornar-se uma extensão natural (e necessária) da autoridade pessoal e institucional. Seja você um executivo, empreendedor ou líder político, as redes sociais já não são apenas vitrines de informação, elas são palcos de influência e, sobretudo, espaços de relacionamento.

Nos últimos anos, o Brasil tem assistido a uma mudança significativa na forma como grandes líderes se comunicam com o público. O que antes era terceirizado para assessorias e agências, hoje se transforma em presença autêntica e estratégica com voz própria. Não é mais suficiente estar nas redes; é preciso estar com intenção.

Essa é a proposta da presença intencional: alinhar propósito, posicionamento e percepção para criar conexões reais com seu público, fortalecer reputação e gerar resultados concretos e mensuráveis, seja em votos, em vendas ou em valor institucional.

NÃO SE TRATA DE INFLUENCIAR, MAS DE CONECTAR

A internet pode até estar saturada de conteúdo, mas carente de autenticidade. Os consumidores, eleitores e investidores modernos não querem seguir perfis estáticos, querem acompanhar trajetórias, causas e ideias. Não é à toa que, segundo o relatório global da Hootsuite e We Are Social (2023), 75% dos consumidores confiam mais em marcas cujos CEOs são ativos nas redes sociais[1]. Mais do que "postar", os CEOs precisam aparecer mais humanos e próximos dos clientes, com linguagem acessível, vulnerabilidade controlada e presença direta, ao contrário de um passado recente em que as marcas falavam apenas pelo institucional e mantinham seus líderes distantes. Um vídeo simples, com opinião verdadeira, pode gerar mais engajamento do que campanhas milionárias.

E isso não vale apenas para empresas. Figuras públicas que se comunicam de forma estratégica e coerente com seus valores têm mais chances de construir confiança e influência, ativos que, hoje, com certeza, são mais valiosos que curtidas e visualizações vazias.

Grandes nomes como João Adibe (Cimed) e Alexandre Costa (Cacau Show) são exemplos de líderes que não terceirizam sua presença. Eles compartilham bastidores, ideias, erros e aprendizados, criando uma ponte direta com o público. Isso gera proximidade e percepção de autoridade, duas chaves para qualquer liderança.

No setor político, vale o mesmo: perfis que humanizam o discurso, trazem os bastidores do trabalho público e reforçam a escuta ativa e presente, com prestação de contas contínua, têm mais impacto do que aqueles que apenas replicam notas e campanhas.

O QUE SUA PRESENÇA COMUNICA?

A pergunta não é se você está nas redes sociais, mas como está. Seu conteúdo comunica o valor daquilo que você faz? Reforça sua credibilidade e liderança? Constrói diálogo com quem importa?

É aqui que entra o poder da presença com intenção. Não se trata de aparecer o tempo todo, mas de saber exatamente por que, para quem, e como comunicar. Um posicionamento bem definido, alinhado ao seu propósito, à sua essência e valores, e à mensagem que deseja transmitir, transforma perfis em plataformas de impacto e negócios.

Em um cenário digital cada vez mais competitivo, quem souber usar a comunicação como estratégia, e presença como diferencial sairá na frente. A influência não virá da quantidade de seguidores, mas da qualidade da conexão e do relacionamento que se constrói com eles.

Presença intencional não é sobre falar mais, mas sobre falar com direção e consistência. E, como em qualquer liderança, direção é o que move pessoas, ideias e transformações.

> "Nos últimos anos, o Brasil tem assistido a uma mudança significativa na forma como grandes líderes se comunicam com o público. O que antes era terceirizado para assessorias e agências, hoje se transforma em presença autêntica e estratégica com voz própria. Não é mais suficiente estar nas redes; é preciso estar com intenção"

FONTES:
Hootsuite & We Are Social – Digital 2023 Global Overview Report.
Harvard Business Review – "Why CEOs Should Be More Active on Social Media" (2019).
Edelman Trust Barometer (2023) – Estudo global sobre confiança em marcas e líderes.



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS
spo
FAMURS
É no município que tudo acontece.
KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

MOISÉS BARBOZA

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE

Entrevista: Claudio Andrade
Edição: Lucio Vaz
Fotos: Chico PInheyro/Revista Em Evidência

O Programa Em Evidência na TV (aos domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 17h30 às 19h, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube), teve a honra de receber o vereador, Moisés Barboza, presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 2026. Dentre os vários temas debatidos, destaque para a promessa de restaurar a paz, ou pelo menos parte dela, a conturbada "Casa do Povo dos porto-alegrenses". Confira os melhores momentos dessa entrevista ou acesse o QR Code e confira na íntegra

Ao assumir a Presidência da Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 2026, como o senhor gostaria que a sua gestão fosse lembrada? Que método de condução pretende adotar e o que muda, na prática, na dinâmica do Plenário?

Cada vereador tem um perfil. Eu tive a honra de participar da Mesa Diretora em 2025 como um dos vice-presidentes, acompanhando a vereadora Comandante Nádia, que deu o seu melhor, e eu espero dar o meu. Temos uma Mesa Diretora muito plural e ninguém faz nada sozinho. Temos na vice-presidência o Giovane Byl, do Podemos; a Fernanda Barth, do PL, na segunda vice; o Rafael Fleck, do MDB, como primeiro secretário; o Ramiro Rosário, do NOVO; o Aldacir Oliboni, do PT; e o Roberto Robaina, do PSOL.

O grande desafio deste ano eleitoral é diminuir o tempo do grito da polarização e aumentar o tempo da entrega à população. Temos o Plano Diretor como o principal projeto sobre a mesa e, como a eleição da Mesa foi por unanimidade, já existe uma sinalização de que há uma compreensão majoritária de que precisamos fazer esse esforço. Vou conduzir com muito diálogo e respeito à diversidade de opiniões. Fiz uma reunião com todos os funcionários da Câmara e ressaltei que não existe um "menos vereador" ou "menos servidor" por ter uma visão ideológica diferente.

Hoje gasta-se muito tempo debatendo uma polarização que eu chamo de "brete ideológico" ou "lulobolsonarismo". É impossível falar de política sem cair nisso. Se conseguirmos diminuir esse tempo e focar em projetos que mudem a vida do porto-alegrense, será um grande ganho.

O senhor tem uma longa trajetória no PSDB e na vida pública. Como começou o seu caminho na política e quais foram os momentos que mais marcaram essa caminhada até chegar à Presidência da Câmara?

Sou filiado ao PSDB há 34 anos. Entrei no partido pelas mãos do Mário Covas, ainda na época do "PSDB Mirim". Atuei na sede aqui com figuras



como João Gilberto Lucas Coelho, Dr. Vicente Bogo, Hohlfeldt e Hermes Zaneti. Me apaixonei pela política na época do plebiscito sobre parlamentarismo e presidencialismo, ainda no governo Collor.

Eu nasci em São Borja e meus pais se separaram quando eu tinha quatro anos. Saí de casa cedo por necessidade, cheguei a morar na rua um tempo, fui empacotador de supermercado e servente de obra. Comecei a conflitar a narrativa de que a culpa do meu insucesso era "o sistema" com a realidade que eu via: o dono do supermercado trabalhando desde as cinco da manhã. Percebi que a política era a ferramenta de transformação.

Depois, fui militar por oito anos, oficial R2 do Exército. Quando saí, fui empreender com empresa de segurança, eventos, bar e restaurante. Em 2004, o Hohlfeldt me convidou para ser candidato e representar políticas públicas para jovens. Através do decreto 42.316, ajudei a formar o primeiro Conselho Estadual de Juventude da história do Rio Grande do Sul. Fui candidato outras vezes, aumentando a votação, até que em 2016 fiquei como primeiro suplente com 4.000 votos. Com a eleição do Marchezan, assumi a cadeira, virei líder do governo por dois anos e aprendi muito. Em 2020 me elegi e pavimentamos a história da Malucos do Bem.

Uma parte importante da sua atuação está ligada ao trabalho voluntário. O que é o projeto Malucos do Bem, como ele surgiu e que tipo de ações esse movimento realiza hoje?

Hoje a Malucos do Bem tem mais de uma centena de voluntários diretos e indiretos. Atendemos onde nos chamam, inclusive no interior. Na enchente, por exemplo, montamos equipe de resgate com barco e central de distribuição; fomos até Roca Sales. Não temos recurso público, nós mesmos bancamos. O nome surgiu



porque, no início, pagávamos do bolso para dar palestras em colégios públicos de lugares como Itaqui sobre drogas e gravidez precoce. As pessoas perguntavam se éramos malucos por pagar para trabalhar, e respondíamos: "Mas a gente é do bem".

O que me manteve na política foi um episódio em 2013. Eu pensei em desistir quando nasceu meu primeiro filho, o Renato. Eu queria ser o pai presente que não tive. Quem me resgatou foi o Cau Lopes, idealizador do Cara Limpa. Ele me disse que eu era "água limpa em balde de água suja" e contou que só tinha o filho mais novo porque eu não havia desistido dele quando ele estava em situação de rua. Isso me fez concorrer em 2016.

O senhor tem defendido que o Legislativo reduza o espaço ocupado por embates ideológicos e concentre mais energia em entregas concretas. Como equilibrar o direito de fala das bancadas, garantir espaço para situação e oposição e, ao mesmo tempo, manter o ritmo de trabalho voltado aos problemas de Porto Alegre?

Entendo a fala partidária, mas o problema é quando usamos todo o tempo da sessão para discutir temas internacionais ou nacionais, como o Maduro, enquanto Porto Alegre fica de lado. O desafio é não deixar que esse tempo seja maior do que a discussão do Plano Diretor, da fiscalização da cidade, da saúde ou educação.

Pela primeira vez, o Legislativo da Capital adotará um tema anual, como faz a Assembleia. Eu apresentei o tema da luta contra o abuso e a violência às crianças. Desde a pandemia, os casos são crescentes em Porto Alegre e não existem espaços adequados para essas crianças falarem. Vamos trazer o terceiro setor, o Conselho Tutelar e a sociedade para a Câmara.

A pauta de 2026 vai ajudar a diminuir o grito ideológico. O PSDB tem facilidade de falar com os dois pólos porque sempre fomos oposição coerente tanto ao lulopetismo quanto

ao bolsonarismo, sem nos vender por ministérios. Tenho falado com Pedro Ruas, Robaina, Oliboni e Jonas Reis, na esquerda, e com Jessé Sangalli, Fernanda Barth e Vera Armando, na direita. O objetivo é entregar os projetos importantes, como o Plano Diretor, logo no primeiro semestre.

Além de presidir a Câmara, o senhor também assumiu a presidência estadual do PSDB. Como conciliar essas duas responsabilidades em 2026 e qual é o projeto do partido para o Rio Grande do Sul neste ciclo?

A presidência estadual tem o desafio de colocar de pé um projeto independente para o governo do Estado. Temos o prefeito de Guaíba, Marcelo Maranata, como pré-candidato ao Piratini. Ele representa o municipalismo, a ideia de que a vida acontece na cidade.

O PSDB não está terminando, como alguns tentam vender. Governamos estados fundamentais: Pernambuco com Raquel Lyra e Mato Grosso do Sul com Eduardo Riedel. No estado, estamos montando nominatas fortes ouvindo nossos 308 vereadores e prefeitos de cidades como Cachoeira do Sul, Camaquã, Cristal e Viamão.

A federação com o Cidadania continua firme até o final deste ciclo. Temos uma relação excelente com a deputada Any Ortiz e vamos caminhar juntos para fortalecer o centro e o equilíbrio.

O Plano Diretor é apontado como o principal tema legislativo do ano.



Na sua avaliação, o que a população pode esperar de concreto dessa discussão e quais são os pontos centrais que precisam ser enfrentados?

O Plano Diretor atual é de 1999, se não me engano, com revisão em 2010, mas a base é antiga. Ele trava a cidade ao separar rigidamente onde se mora e onde se trabalha. Minha meta é colocar em votação, com prazos claros, para facilitar a vida de quem quer empreender. Não podemos levar três anos para aprovar um projeto de construção civil.

No Centro Histórico, o foco é o adensamento populacional. Queremos transformar prédios comerciais vazios em residenciais através do retrofit. Centro vazio à noite é perigoso; Centro com moradores têm vida e segurança. No 4º Distrito, precisamos conectar melhor a região com o Centro e a Zona Norte, melhorando a mobilidade e a segurança.

A privatização da Carris gerou discussões intensas na cidade. Passado esse período inicial, como a Câmara avalia o serviço e quais serão os instrumentos de fiscalização para acompanhar a concessão?

Foi um tema polêmico, mas os dados mostram que o serviço não piorou. Há renovação de frota e ar-condicionado. O custo para a prefeitura diminuiu drasticamente, e esse dinheiro agora pode ir para saúde e educação. O papel da Câmara agora é fiscalizar o contrato de concessão através da Comissão de Transportes. Se a empresa não cumprir, estaremos em cima.

Na área da saúde, Porto Alegre enfrenta desafios que se intensificaram no pós-pandemia, com demanda elevada e dificuldades no atendimento. Como o Legislativo pretende atuar em 2026 para contribuir com soluções e cobrar respostas da gestão?

A saúde é o calcanhar de Aquiles de qualquer gestão. O IBSAÚDE faz um trabalho importante, mas a demanda é infinita. O problema atual é a gestão de fluxo e falta de remédios básicos. Quero que os vereadores saiam dos gabinetes e visitem as pontas, como a Restinga, para cobrar soluções logísticas.

Sobre a população de rua, o problema está ligado à saúde mental e drogas. Precisamos fortalecer os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Defendo uma política mais agressiva de tratamento e, em casos extremos de risco à vida, a internação compulsória deve ser discutida sem ideologia.

Na educação, a meta é zerar a fila das creches ampliando a compra de vagas em escolas comunitárias e privadas através do "Voucher Educação". É mais ágil e barato do que construir novas escolas, e permite que a criança estude perto de casa.

O prefeito Sebastião Melo inicia um novo ciclo à frente do Executivo, e o senhor assume a presidência do Legislativo. Como será essa relação institucional: haverá alinhamento em pautas estratégicas e como garantir a independência da Câmara nas votações e na fiscalização?

Não existe alinhamento automático em democracia. Tenho amizade pessoal com o Sebastião Melo, mas a Câmara não é puxadinho da prefeitura. O que for bom para a cidade terá celeridade; o que for ruim será rejeitado ou melhorado.

Para 2026, foco também na modernização da Casa com o projeto "Câmara Verde". Queremos digitalizar 100% dos processos para zerar o uso de papel e instalar painéis fotovoltaicos no telhado do Palácio Aloísio Filho. A economia na conta de luz pode ser revertida para a saúde. O poder público tem que dar o exemplo.

Em meio a tantas responsabilidades, como o senhor consegue conciliar a vida pública com a família e com o tempo dedicado aos seus filhos, Renato e Jamile?

É difícil, a política é absorvente e meus filhos sofrem um pouco com a ausência, mas tento compensar na qualidade. Quando estou com eles, o celular fica desligado. O Renato já entende o propósito e me disse ter orgulho de uma lei que aprovei; isso vale mais que qualquer voto.

Sobre o futuro em 2028, cada dia com sua agonia. Meu compromisso hoje é com a Presidência da Câmara. Quem pensa muito na próxima eleição esquece da próxima geração, e eu quero pensar nos meus filhos.

Se tivesse que resumir em uma ideia o que deseja para Porto Alegre, qual seria o seu principal sonho para a cidade?

Uma cidade sem grades, onde possamos tomar chimarrão na calçada sem medo. Segurança. Meu ídolo na política é Mário Covas e uma música que me define é "Dias Melhores", do Jota Quest.

Porto Alegre tem uma orla extensa e um potencial náutico pouco explorado, especialmente na Zona Sul. O senhor pretende dar atenção a essa pauta e que tipo de mudanças considera necessárias para destravar esse potencial?

Porto Alegre tem cerca de 74 quilômetros de orla. O Lami é maravilhoso, mas o acesso por dentro da cidade é difícil. Fui levado pelo navegador Anderson Paixão para ver o Parque Náutico de Itapuã e vi que o canal de saída está obstruído; entrei a pé e a água não dava no joelho. O poder público precisa desburocratizar o acesso à água para turismo, pesca e lazer. O Amyr Klink uma vez chamou a falta de estrutura náutica no Gasômetro de "palhaçada" porque temos o cartão-postal, mas não o acessamos. Quero aproveitar o Plano Diretor para destravar esse potencial para todos, desde quem tem um grande barco até quem tem um caiaque ou barquinho de pesca.

Uma solução spo

SUSI: a IA que zera faltas em consultas e redefine o cuidado na saúde do seu município.



No Brasil, **3 em cada 10 consultas** médicas simplesmente não acontecem.

Essas faltas **custam milhões** em desperdício e colocam em **risco diagnósticos e vidas.**

A **SUSI nasceu para resolver esse problema** e ir muito além das agendas, **conectando pacientes, profissionais e gestores em um ecossistema de cuidado contínuo.**

Fontes: Fiocruz (2022); Conselho Federal de Medicina (2023); UFMG/Unifesp, Ciência & Saúde Coletiva (2021)

A SUSI é um agente de IA especialista em saúde, integrada ao sistema de gestão e WhatsApp, que:

- **Reduz faltas**
- **Automatiza agendamentos**
- **Conecta pacientes e equipes em tempo real**

Ela envia lembretes, confirmações, faz agendamentos e reagendamentos automáticos, sem precisar de aplicativo, além de entregar dados em um painel inteligente para gestores e clínicas.

Como a SUSI funciona?

Lembra e confirma
envia lembretes automáticos de consultas e exames pelo WhatsApp.

Reagenda sozinha
se o paciente não puder comparecer, oferece novas datas, agenda e atualiza o sistema em tempo real.

Analisa mensagens e imagens
entende texto, áudio e fotos clínicas, identificando possíveis riscos e priorizando atendimentos.

Ativa campanhas de saúde
dispara mensagens segmentadas sobre vacinação, prevenção e rastreamento, ampliando o alcance e a adesão.

Gera dados inteligentes
entrega relatórios sobre comparecimento, triagens e engajamento em campanhas.

Integra-se facilmente
conecta-se a sistemas de clínicas, hospitais e prefeituras sem precisar mudar o que já funciona.

Tudo isso sem aplicativos, sem fricção e sem perder pacientes.

Qual é a **importância da SUSI para a saúde?**

Ela combate o absenteísmo, que representa milhões de reais em perdas anuais para hospitais e redes públicas.

Reduz as faltas drasticamente, automatizando lembretes, confirmações e reagendamentos.

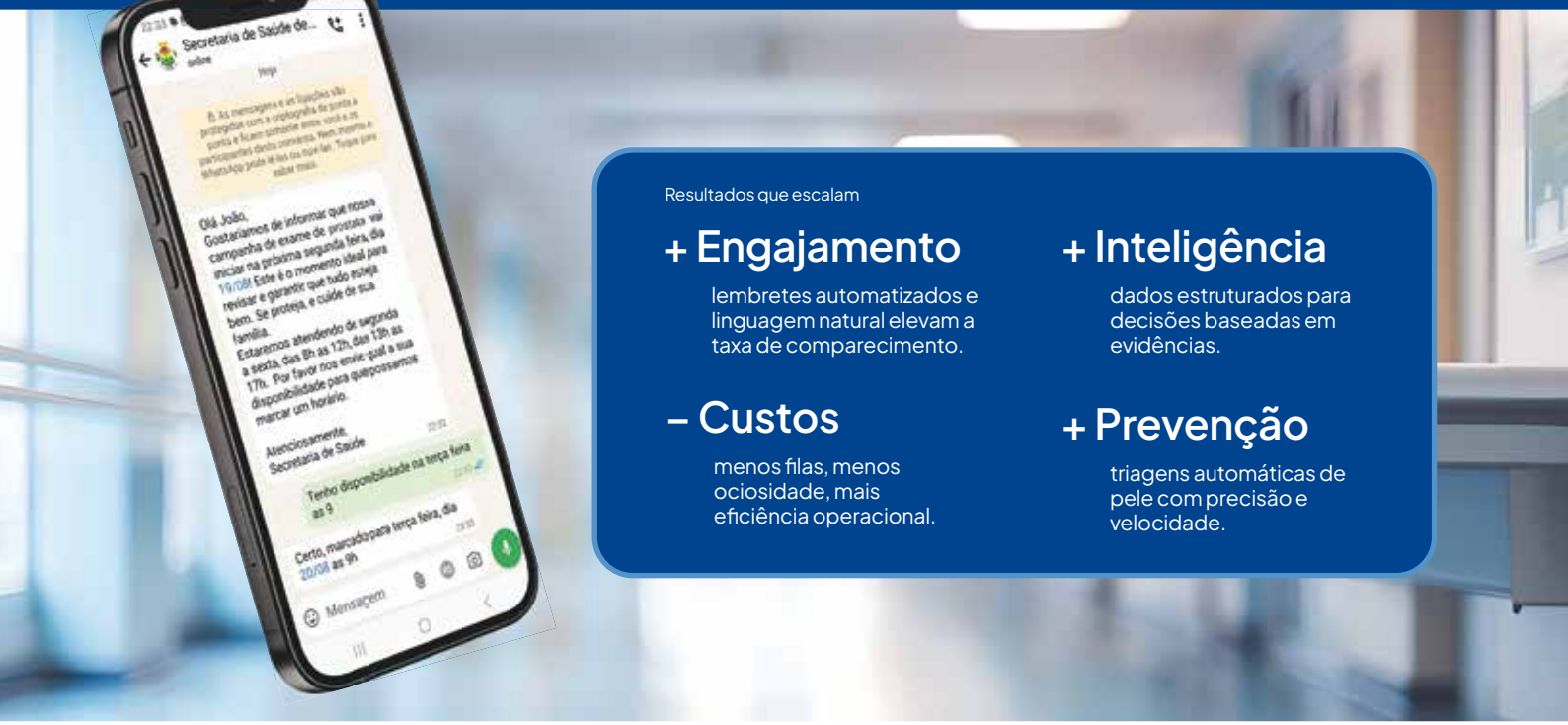
Melhora o fluxo de atendimento e reduz o tempo ocioso das equipes.

Aumenta a adesão a exames, campanhas e programas de prevenção.

Gera dados estratégicos para decisões clínicas e operacionais mais precisas.

Eleva a experiência do paciente, tornando o contato mais ágil, humano e eficaz.

Mais comparecimentos = **Mais diagnósticos** = **Mais vidas salvas**



Resultados que escalam

+ Engajamento
lembretes automatizados e linguagem natural elevam a taxa de comparecimento.

+ Inteligência
dados estruturados para decisões baseadas em evidências.

– Custos
menos filas, menos ociosidade, mais eficiência operacional.

+ Prevenção
triagens automáticas de pele com precisão e velocidade.

Atualização na SUSI

Com sua nova atualização, a SUSI vai além: **agora também realiza triagens automáticas de lesões de pele via imagem, permitindo diagnóstico precoce e encaminhamento imediato, tudo dentro do mesmo fluxo conversacional.**



Entre em contato
Vamos falar sobre como nossas soluções podem ajudar na sua gestão

www.spotec.app
+55 (51) 9 8048–1282

Tupandi | Porto Alegre | São Paulo

TRABALHO, PRESENÇA E COMPROMISSO COM CANOAS

Fiscalização, legislação e dedicação à população no primeiro mandato do vereador Heider

Jennifer Nunes

O vereador Heider representa uma nova geração de lideranças políticas em Canoas. Jovem, vereador de primeiro mandato, advogado, casado e pai de três meninas, ele carrega para a vida pública valores sólidos construídos na família, na profissão e no contato diário com a comunidade. Desde o início do mandato, assumiu o compromisso de exercer a vereança com seriedade, responsabilidade e presença constante nos espaços onde a população mais precisa do poder público. Seu slogan, "Aqui tem trabalho", não é apenas uma frase de impacto, mas um reflexo prático da sua atuação diária.

A fiscalização rigorosa e o trabalho legislativo responsável são pilares centrais do mandato. Heider entende que fiscalizar é uma das principais funções de um vereador e, por isso, realiza acompanhamentos frequentes nos hospitais, UPAs e UBSs do município, além de manter presença ativa em escolas da rede municipal, acompanhando de perto a realidade da educação pública. Essas visitas vão além do protocolo: são momentos de escuta qualificada, diálogo com profissionais, gestores e usuários dos serviços, identificação de problemas e encaminhamento de soluções junto ao Executivo. Para Heider, saúde e educação públicas são prioridades, pois impactam diretamente a dignidade e a qualidade de vida das pessoas.

No Legislativo, sua atuação é marcada pelo comprometimento técnico e pelo cuidado com cada proposta analisada. A formação jurídica contribui para um mandato atento à legalidade, à transparência e ao bom uso dos recursos públicos. Heider participa ativamente do debate de projetos, propõe melhorias e defende iniciativas que tragam resultados concretos para Canoas, sempre com o entendimento de que legislar é pensar o presente e planejar o futuro da cidade.

Outro ponto forte do mandato é o envolvimento em pautas ligadas à inclusão e ao cuidado com as pessoas. Heider atua de forma próxima em projetos voltados ao público autista, apoiando ações que promovem respeito, acolhimento e desenvolvimento. Destaca-se o incentivo a iniciativas como a equoterapia, que contribuem de maneira significativa para a evolução física, emocional e social de crianças e jovens com transtorno do espectro autista. Esse olhar sensível reforça seu compromisso com uma Canoas mais humana e inclusiva.

A presença constante nos bairros, comunidades e instituições é uma marca registrada do seu trabalho. Heider mantém diálogo permanente com lideranças locais, entidades e cidadãos, entendendo que um mandato só é efetivo quando está conectado com a realidade da população. Essa proximidade fortalece a confiança e garante que as demandas cheguem ao poder público de forma organizada e responsável.

Nada disso é feito de forma isolada. Heider faz questão de destacar que não trabalha sozinho. O mandato é construído junto a uma equipe extremamente responsável, comprometida e técnica, que atua com organização, seriedade e dedicação no atendimento à população, no encaminhamento das demandas e no acompanhamento das ações. O trabalho coletivo é um diferencial do gabinete, garantindo eficiência, agilidade e resultados concretos.

Heider entende que fiscalizar é uma das principais funções de um vereador e, por isso, realiza acompanhamentos frequentes nos hospitais, UPAs e UBSs do município, além de manter presença ativa em escolas da rede municipal, acompanhando de perto a realidade da educação pública

Com trabalho firme, equipe qualificada e compromisso com Canoas, o vereador Heider constrói um primeiro mandato pautado pela fiscalização, pela boa legislação e pela defesa das pessoas. Um mandato que traduz, na prática, aquilo que guia sua atuação desde o primeiro dia: aqui tem trabalho.



CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA

SENTIMENTO DE DEVER CUMPRIDO

Com trabalho firme, equipe qualificada e compromisso com Canoas, o vereador Heider constrói um primeiro mandato pautado pela fiscalização, boa legislação e defesa das pessoas

Novo Restaurante Popular em Canoas

Canoas agora conta com um **segundo Restaurante**, para atender a pessoas em situação de vulnerabilidade social.





PREFEITURA DE
CANOAS

KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

Soluções no mercado de peças de reposição em aço para os setores rodoviário e agrícola **desde 1993.**





A Kaysermaq distribuidora atua no comércio e distribuição de peças e ferramentas para penetração de solo desde 1993, com sede em Canoas/RS.

Conheça nossas soluções em:

- Ferramentas de penetração no solo;
- Peças de reposição;
- Dentes, suportes e unhas;
- Sapatas e garras;
- Lâminas e cantos;
- Pinos e buchas;
- Peças de Reposição variadas para equipamentos Fiatallis, New Holland e Outros.

Determinados a garantir soluções que combinem confiança, agilidade e qualidade, na Kaysermaq entendemos os desafios de nossos clientes e atuamos para superá-los com eficiência. Desde 1993, estamos presentes no mercado de peças para equipamentos rodoviários e agrícolas, oferecendo produtos de alto desempenho em aço e a segurança de um atendimento ágil e personalizado.

Um dos grandes diferenciais que oferecemos é manter um estoque diversificado e pronto para entrega imediata, assegurando que nossos clientes nunca precisem interromper suas operações por falta de peças. Com processos internos de controle de qualidade, fornecedores certificados e uma equipe especializada, garantimos que cada lâmina, dente, suporte ou componente entregue, carregue consigo a durabilidade e a confiança que fazem da Kaysermaq uma referência no setor.

Marcas que trabalhamos

METISA · EY · ecoplan · PIM

Estamos localizados na R. Minas Gerais, 143 - Niterói, Canoas - RS, 92120-040

51 9 9958-0099
51 9 9915-2011
51 34752666

kaysermaq@kaysermaq.com.br

@kaysermaq